



UC/FPCE_2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

O Terrorismo e a Expressão Terrorista em Português

Tiago Miguel Ramalho Barata (e-mail: tiagorbarata@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho sob a orientação de Doutor Joaquim Pires Valentim

O Terrorismo e a Expressão terrorista em Português

O terrorismo assume um papel muito importante no panorama social da actualidade, bem como na política externa da maioria das nações. O tema é vastíssimo, e impossível de analisar pela simples óptica de uma abordagem unidisciplinar. Verifica-se que existe alguma confusão nos entendimentos da natureza do fenómeno discrepâncias nas opiniões sobre o alcance da sua acção, bem como a dinâmica que está inerente a este tipo de organizações. O terrorista continua a ser um elemento que suscita muita dúvida e até um pouco de mistério literário. O que o motiva? O que o conduz? Qual a sua forma de pensar? Qual a sua mecânica em grupo?

Este trabalho procura iluminar um pouco estas questões, através de uma breve revisão sobre o que os investigadores de diversas áreas, com especial relevância na área da psicologia, pesquisaram e concluíram sobre a temática.

Palavras-chave: Terrorismo, Terror, Identidade, Identidade Social, Frente Popular 25 de Abril

The Terrorism and the Portuguese expression of terrorism

Terrorism assumes a very important role in nowadays social context, as well as in the external policy of the majority of nations. It is a huge theme and impossible to analyze through the simple optic of an unidisciplinary approach. There is still some confusion in understanding the nature of this phenomena as well as opinion discrepancies about the reach of its action and in the dynamic that is connected to this kind of organizations. The terrorist is still an element that brings out many doubts and even a certain literary mystery. What motivates him? What leads him? How does he think? Which is his group mechanic?

This paper aims to clarify some of these questions through a brief revision on the researches and conclusions of investigators from different areas with special relevance in the psychology field.

Key-words – Terrorism, Terror, Identity, Social Identity, The Popular Front of the 25th April

Agradecimentos

Sem qualquer ordem de preferência, agradeço a todos aqueles que me ajudaram a tornar este percurso único e gratificante.

Em especial ao Doutor Joaquim Pires Valentim, pela paciência com os meus impasses na conclusão deste manuscrito, pelo bom humor, e questões sempre pertinentes, um Muito Obrigado.

Ao meu avô José Ramalho, pela paciência, bons concelhos e por ter permitido que tudo isto acontecesse, um Muito Obrigado.

Aos meus avós, Perpétua, Carlos e Antónia, pelo carinho, amor, e concelhos que sempre tão bem se aplicaram às situações que fui ultrapassando na minha vida, um Muito Obrigado.

À minha avó Zelinda, porque no fundo tudo isto é para ti, pelo amor, pelo carinho, por nunca teres partido, um Muito Obrigado.

À minha Mãe, porque sem ti, eu não estava no Mundo, pelos princípios, pela destreza de espírito, pelos bons momentos, pelos maus momentos, pelo apoio incondicional, um Muito Obrigado.

À República dos Galifões e a todos os meus Amigos e Colegas que compreenderam as minhas ausências e estiveram sempre quando eu precisava, um Muito Obrigado.

E a todos os restantes que contribuíram e não estão mencionados, mas sabem que guardo um lugar especial para eles, Um Muito Obrigado.

Índice

O Terrorismo e a Expressão terrorista em Português	2
The Terrorism and the Portuguese expression of terrorism	2
Introdução	1
I- Definir o Terrorismo	3
1.1 O que é o Terrorismo? Da palavra ao conceito	3
1.2 A definição de terrorismo, e a dificuldade de generalização.	5
1.3 O terrorismo e as outras formas de criminalidade	8
1.4 “Tipos” de terrorismo	11
II- Construindo a organização terrorista	15
2.1 O operacional terrorista: análise de alguns dados demográficos	17
2.2 O funcionamento psicológico do terrorista: A hipótese psicopatológica	20
2.3 A identidade terrorista: uma abordagem psicossocial ao fenómeno	22
2.3.1 O conceito de identidade no estudo do terrorismo	24
2.3.2 Os estádios de desenvolvimento na teoria de Erikson	25
2.3.3 A identidade social e o terrorismo	28
2.4 Factores que conduzem ao aparecimento de organizações terroristas	29
2.5 Elementos estruturais, organizacionais e operacionais das associações terroristas	32
2.6 A dinâmica das organizações terroristas	35
III- As FP-25 de Abril – O fenómeno terrorista em português	39
3.1 Contextualização histórica e antecedentes	39
3.2 A emergência das FP-25 de Abril	41
3.3 O Projecto Global	42
3.4 A realidade percebida pelas FP-25 de Abril – Relato de um ex. elemento da Juventude Autónoma Revolucionária.	45
IV-Conclusão	46
Bibliografia	50
Anexos	55
Anexo I - O Terrorismo no quadro legal português	56
Anexo II - Documentos referentes à FUP/FP-25 de Abril	59
Anexo III - Entrevista realizada a um ex. membro da Juventude Autónoma Revolucionária.	63

Os dez princípios do terror:

O terror é a guerra por métodos extremistas

O terror é o sangue que alimenta a tirania

O terror é a arma do marginalizado contra o opressor

O terror é o assassínio a baixo preço

O terror é a chicotada nas costas do refugiado

O terror é a vitória da minoria por métodos inconfessáveis

O terror é a derrota da multidão pela cobardia

O terror mede-se pelo número das suas vítimas, e não pelo mérito das causas

Tolerar o terror não é uma virtude

(Sinclar, 2005)

Introdução

Até há dez anos atrás, o vocábulo terrorismo apenas estava presente em algumas manchetes de jornais, ou em discursos de académicos e políticos que abordavam o assunto com um pragmatismo de entendimento quase poético para o comum cidadão.

Não era uma palavra comum no nosso vocabulário, muito menos uma que estaria presente em quase todos os manuais escolares vigentes à data, nem de certeza o tipo de palavra que queríamos que os nossos filhos aprendessem ao mesmo tempo que aprendem a ler. Contudo o Mundo mudou com os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, e o que eram fenómenos localizados, ou parte dos livros de história, transformaram-se num assunto à escala global, que de uma forma ou de outra passou a invadir as nossas casas sem que pudéssemos compreender a totalidade do fenómeno. Já não são apenas os políticos e os académicos que debatem o tema, mas os nossos vizinhos, colegas de trabalho, amigos e até filhos têm algo a dizer, o terrorismo abandonou a esfera teórica e passou a estar presente na percepção do meio que nos rodeia, muito dinamizado pela crescente globalização dos órgãos de informação.

Apesar das inúmeras investigações realizadas sobre o tema, muitas dúvidas ensombram o tema do terrorismo. Questões como o que é realmente o terrorismo, qual a sua relação com as outras organizações criminosas ditas comuns, quais os processos que lhe estão inerentes, como é compreensível que o recrutamento de alguns terroristas aconteça no seio de famílias que mais têm beneficiado com a sociedade que eles procuram destruir. Estará de alguma forma associado algum mecanismo psicológico na formação de uma identidade terrorista?

Esta tese propõe-se, de forma muito humilde, não a apresentar uma explicação para o fenómeno, mas a trazer à luz os últimos desenvolvimentos no campo da investigação empírica do terrorismo, na tentativa de analisar a possibilidade de existir um conjunto de factores associados à identidade, motivação, e ambição dos sujeitos associados a este tipo de organizações, bem como tentar elucidar as questões acima apresentadas, para permitir a futuros investigadores uma ferramenta de trabalho. Presente nesta análise encontra-se também uma descrição detalhada da dinâmica deste tipo de organizações, bem como da estrutura organizacional, que no nosso entendimento representam um importante papel no entendimento das acções perpetuadas por estes grupos.

Para melhor trazer um entendimento do tema optámos por abordar o caso português, não só pela pertinência da inclusão, mas também porque, na nossa óptica, a História é cíclica, e com a conjugação dos factores certos, poderemos observar novamente acontecimentos como aqueles que mancharam a sociedade portuguesa anos atrás.

A Frente Popular 25 de Abril (FP-25) identificou-se como um grupo radical de esquerda, tendo estado em operação no território português na década de 80 (entre 1980 e 1987). A sua génese remota à criação do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), e anos mais tarde à Força de Unidade

Popular (FUP), partido político de motivações de esquerda operando como fachada a actividades criminosas das FP – 25 (mais tarde assumindo-se como o seu braço armado).

Durante a sua curta existência os operacionais do grupo são acusados de 12 homicídios, 7 atentados à mão armada e 20 atentados bombistas, a diversos alvos políticos, que acabaram por envolver algumas baixas civis (culminaram com o óbito de um bebé, no distrito de Évora, aquando da explosão da casa onde habitava). A 20 de Abril de 1980 o grupo revela-se à sociedade com a publicação do “Manifesto ao Povo Trabalhador” acompanhado de uma aparatosa operação de rebentamento de petardos por todo o país. Neste manifesto os líderes (anos mais tarde identificados como alguns homens influentes na revolução sem armas, que antecederam estes acontecimentos, e que puseram fim à ditadura em função até à data) expuseram a sociedade tal como a percepcionavam, apontando a necessidade de mudança, através da revolução armada como a única solução. Entre os nomes destacam-se Otelo Saraiva de Carvalho, Mota Liz e Pedro Goulart). Neste manifesto o grupo ressalva a necessidade do “derrube do regime, instauração da ditadura do proletariado, criação do Exército Popular e implantação do socialismo”. Numa comparação teórica com outros grupos, é possível encontrar semelhanças ideológicas com as Brigadas Vermelhas Italianas e a RAF Alemã.

Desta forma esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos: No primeiro capítulo será abordado o tema da definição do terrorismo e da dificuldade que o acompanha, bem como a comparação do terrorismo com outras formas de actuação, como a guerrilha e as associações criminosas. No segundo capítulo, tenta-se entender o que é no fundo a organização terrorista, como funciona, qual a sua estrutura ou estruturas, e que dinâmica apresenta. Será também feita uma análise ao operacional terrorista, no sentido de entender quais os factores de ordem individual, e social que os conduzem a ingressar numa via normalmente com um único sentido, pautada pelo terror, violência. No terceiro capítulo será apresentado o caso das FP-25, quais o factor que levaram ao seu aparecimento, e sustentação, bem como uma análise da organização, à luz dos conhecimentos obtidos numa entrevista realizada a um ex. membro da Juventude Autónoma Revolucionária (JAR).

I- Definir o Terrorismo

1.1 O que é o Terrorismo? Da palavra ao conceito

Foi no período Histórico da Revolução Francesa de 1789, que pela primeira vez se ouviu a palavra “terrorismo”. A origem da palavra¹ remota ao regime político instaurado por Maximilien Robespierre, Saint – Just e o Comité de Saúde Pública, que após a Revolução Francesa constituíram a maioria parlamentar. O “*regime de la terreur*”, como ficou conhecido, apoiado num conjunto de leis, especificamente criadas para efeito, pretendia instaurar uma nova ordem económica, política e social, numa França onde existia um fosso gigantesco entre uma minoria representada pela ostentação da casa real, da nobreza e da burguesia, quando comparadas com as condições miseráveis em que a maioria do povo vivia. Inicialmente, o sistema não foi mal acolhido, onde através do uso da violência a opositores reais e imaginários, os “fracos e oprimidos” puderam desequilibrar a balança social a seu favor.

O termo utilizado durante a revolução francesa partilha duas características com o conceito de terrorismo de hoje. Primeiro este não era indiscriminado nem aleatório (mesmo quando os alvos não faziam parte da oposição real, estes eram interpretados como tal), usufruía de uma organização planeada e sistemática (Hoffman, 1998). Depois justificavam os seus actos, como o terrorista actualmente, assumindo que visava a instauração de uma nova ordem social, no sentido de substituir um conjunto de normas sociais, que no seu ponto de vista, estava, corrompidas pela ganancia e autoritarismo dos líderes (Hoffman, 1998). Não fosse o resultado de aproximadamente um ano de governo², 300 mil pessoas detidas e mais de 17 mil execuções por guilhotina (Andrade, 1999), o termo de “terror” e consequentemente o “terrorismo” poderia ter uma conotação bem diferente da que hoje lhe é atribuída³.

No século XIX, a tirania de alguns regimes e a ocupação continuada de regiões culturalmente distantes do seu ocupante fomentaram o descontentamento, que muito influenciado pelas acções dos revolucionários franceses, geraram uma redefinição do termo. O conceito de terrorismo assume novamente contornos revolucionários, na luta dos “mais fracos contra os mais fortes e poderosos”. “O poder estrangeiro imposto pela conquista, é aquele que mais facilmente gera sociedades secretas de cariz nacionalista” (Nascimento, 2002) Em geral a oposição a esse poder cresce em clubes de classe média alta, onde se passa de algumas considerações culturais para uma exigência de reforma do invasor. Durante o século

¹ Aparentemente a palavra “terrorismo” não consta do vocabulário latino. O termo deriva da conjugação da palavra francesa “*terreur*” com o sufixo “*ismo*”.

² O Governo liderado por Robespierre e Saint – Just manteve-se no activo de Maio de 1793 a Junho de 1794.

³ O “Regime de Terror” acabou com Robespierre a ser executado na guilhotina tal como tinha sentenciado a milhares de pessoas. Saint – Just, o “pai da virtude” como ficou conhecido, tomou consciência da monstruosidade do processo que ajudara a construir, reconhecendo que “o povo não tem se não um inimigo, que é o seu governo” (Barra da Costa, 2004), também ele foi executado no final da Revolução.

assistiu-se a vários movimentos revolucionários contra os regimes monárquicos, como um renascimento da revolução francesa. O recurso a actos de natureza terrorista vulgarizou-se pelos movimentos. Neste sentido, a conotação do termo volta a redefinir-se numa perspectiva positiva, sendo novamente associado aos princípios da Revolução Francesa.

No século XX, acompanhado as alterações socio – políticas na Itália, Alemanha e Rússia, o sentido da palavra foi evoluindo. Até ao final da Primeira Guerra Mundial, a palavra mantinha a sua associação aos movimentos revolucionários, principalmente de cariz nacionalista (Hoffman, 1998)⁴. O termo recuperou a sua associação a formas autoritárias de governo e abuso de poder pelos governantes, com a emergência dos Fascistas na Itália⁵, Nazis na Alemanha, e Estalinistas na Rússia.

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, o termo volta novamente a adquirir os contornos revolucionários e desta vez totalmente nacionalistas, nas lutas travadas pelos povos “colonizados” contra as potências europeias. Durante o mesmo período surgiu a expressão “*freedom fighters*” muito impulsionada pelo apoio manifestado pela comunidade internacional, conferindo legitimidade às suas acções, na medida em que combatiam pelo direito universal de auto – determinação (Friedlander, 1983)⁶. Neste sentido surge a cisão do termo. Para os colonizadores estes actos não passavam de puro terrorismo, enquanto para os povos que ostentavam a bandeira da libertação, os grupos que lutavam por tal objectivo eram de facto os seus libertadores.

Durante a década de 60 e 70⁷, começaram a ocorrer actos com consequências muito negativas para a sociedade civil, operando na nova redefinição do termo.

De um método utilizado para proteger os mais fracos e o próprio Estado, o termo passou a representar não só a negação do Estado pelos indivíduos, mas também um instrumento da sua contestação. O terrorista passou a ser visto, de uma forma generalizada, como uma ameaça à segurança internacional e ao cidadão comum. Até então assistíamos ao que ficou denominado como “*terrorismo de oposição*” onde os actos de violência executados pelos grupos geralmente clandestinos visavam criar um clima de insegurança com o objectivo de atacar e derrubar o regime estabelecido (Barra da Costa, 2007).

⁴ Nas décadas de 1880 e 1890, militantes dos movimentos nacionalistas da Arménia, então ocupada pelo Império Otomano, conduziram um conjunto de actos, inseridos numa estratégia terrorista contra os seus ocupantes, que posteriormente foi adoptada pelos movimentos separatistas nos impérios coloniais durante a Segunda Guerra Mundial. Os objectivos eram simultaneamente enfraquecer o poder regional do império Otomano e atrair a simpatia e a atenção internacional para a sua causa (Hoffman, 1998).

⁵ Mussolini refere “Terror? Nunca (...) é uma simples higiene social, retirando esses indivíduos de circulação, como um médico remove um tumor” (Hoffman, 1998).

⁶ Yasser Arafat, líder da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) aquando da sua presença na Assembleia das Nações Unidas em 1974 reflecte que “ a diferença entre um revolucionário e um terrorista verifica-se na razão porque cada um luta. Para aqueles que lutam por uma causa justa e pela liberdade e libertação das suas terras dos invasores, colonos e colonizadores, não podem ser chamados de terroristas...” (Silva, 2005).

⁷ Como foi o caso do massacre perpetrado por terroristas japoneses do “exército vermelho” no aeroporto israelita de Lod, em 1972, onde morreram 24 pessoas e 70 ficaram feridas. (Barra da Costa, 2007).

Com o advento das campanhas terroristas internacionais, patrocinadas por alguns Estados, que começaram a utilizar o método como forma de atacar outro Estado sem o perigo de represálias, assistimos ao nascimento do “*terrorismo de Estado*”. Esta troca resulta largamente da democratização do poder, como Furet enuncia “é necessário pensar no terrorismo como um produto da democracia”.

Actualmente a palavra “terrorismo” gera um conjunto de opiniões ambíguas, por um lado mantem a associação aos movimentos nacionalistas, e a ideia de ser “a arma do fraco contra o forte”, por outro, muito influenciado pelo terrorismo de Estado, comporta uma conotação negativa e pejorativa. A sua definição está dependente da identidade e das conveniências de quem a define, gerando um role de tentativas de explicações, que ainda não atingiram o consenso entre a maioria.

1.2 A definição de terrorismo, e a dificuldade de generalização.

Se procurarmos nos dicionários de Língua Portuguesa, a definição de terrorismo encontra-se descrita da seguinte forma:

“Terrorismo: s.m 1 prática de actos violentos (assassinatos, raptos, colocação de bombas, etc.) contra um governo, uma classe dominante ou pessoas desconhecidas, com o objectivo de fazer impor determinados objectivos, geralmente políticos; 2 [fig.] Sistema de governo que utiliza o terror e medidas violentas. De terror +-ismo;⁸”.

Ao analisarmos esta definição, bastante geral do que é o terrorismo, deparamo-nos com um problema claro de aceitação do termo. Nesta definição fica, de certa forma, implícito que o terrorismo é na sua raiz uma metodologia ou prática de determinados actos categorizados como violentos, com objectivos políticos. Por outro lado, o terrorismo remete para uma ideologia ou filosofia política que conduz à prática de medidas subversivas. Apesar da definição abordar duas características distintas do fenómeno, não objectiva de todo a sua análise, mostrando-se demasiado genérica, abrangendo a maioria de acções e actos de violência geradores de sentimentos de medo e insegurança nas populações afectadas. Importa então analisar diferentes definições, numa tentativa de recolher as suas principais características. Segundo Aron (citado por Tackarah, 1987) a principal característica do terrorismo consiste na sua valência psicológica. No entendimento deste autor, um acto é considerado terrorista quando os seus efeitos psicológicos se sobrepõem às consequências físicas e materiais. Também Manuel da Silva (2005) enfatiza que, o acto terrorista não pretende apenas causar destruição, mas também enviar uma mensagem, que ultrapassa o acto. É marcado aqui o character intimidativo e coercivo que rodeia as estratégias terroristas. Como Bandura (1990) refere a criação de um contexto marcado por sentimentos generalizados de terror é, no entendimento do

⁸ *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* (2004). Porto, Portugal. Porto Editora, Lda.

autor, o elemento central na distinção do fenómeno terrorista face a outras formas de violência.

Estas concepções transportam uma característica importante do terrorismo, que as definições convencionais não abordam, a dimensão psicológica do fenómeno.

No entanto, e não pretendendo restringir as características a uma análise psicológica da questão, o terrorismo constitui-se por outras características e atributos que o diferenciam dos outros tipos de criminalidade.

Tackrah (1987) conceptualiza o terrorismo como um sistema organizado de extrema violência e intimidação, de forma a criar instabilidade nas organizações políticas (democráticas ou não). O terrorista, comete atentados direccionados a alvos específicos, com o objectivo de causar tumulto no quadro político – económico mundial.

Para Laqueur (1977; 1996), o terrorismo representa a utilização que determinado grupo faz da violência, de forma a atingir determinados objectivos políticos, direccionando-a contra o governo, e menos frequentemente contra grupos, classes ou partidos, provocando a sua destabilização através da violência e intimidação. Movidos pela vontade de provocar sérias perturbações aos níveis social, político e económico, os grupos terroristas recorrem a campanhas organizadas de atentados.

No entendimento de Hoffman (1998), o terrorismo constrói-se por via da exploração do medo. Essencialmente através da violência e da intimidação, de forma a fomentar modificações políticas, sociais, étnicas e /ou religiosas.

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (citado por Hoffman, 1998) descreve o terrorismo por intermédio do uso ou apenas propaganda, ilícita, de força ou violência contra indivíduos, bem patrimoniais de forma a causar constrangimento nos governos ou sociedades, sendo normalmente destinado a materializar objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.

Analisando o contexto nacional, consta nos termos da Lei n.º 52/2003 publicada em Diário da República a 22 de Agosto de 2003, a seguinte definição de terrorismo:

“Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de 2 ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade ou a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupo de pessoas ou a população em geral mediante a prática de crimes...” (Diário da República, 2003, p. 5398).

Raymond Aron (1966) afirma que uma acção terrorista gera um efeito psicológico desproporcional ao acto propriamente dito.

Desta forma, podemos considerar igualmente terrorista o que explode a bomba, como aquele que divulga, e cria a acção sem nunca ter realmente protagonizado um acto violento. Assim o terrorismo não poderá ser apenas

definido como um conjunto de acções criminosas, com objectivos claros, mas é necessário que englobe também actores e métodos, que geram a ideia propriamente dita. Ao considerar esta questão, estamos então a falar de uma ideologia, que não perfaz necessariamente o acto. Por um lado temos o terrorismo e o terrorista enquanto actuante, por outro, o terrorismo e o terrorista enquanto pensador.

O terrorismo pode, com sentido, constituir-se em ideologia, em filosofia política ou até ser considerado como uma pura metodologia, um meio tático, uma prática. Como refere Xavier Raufer (citado por Barra da Costa, 2007) o qualificativo terrorista derrapou, porque foi utilizado inicialmente para designar métodos e tecnologias, e agora parece referenciar organizações e Estados. Nesta perspectiva aceitamos que o terrorismo não é uma maneira de explicar o mundo (ideologia) mas uma série de princípios violentos (metodologias).

De certa forma, ao classificarem o terrorismo como uma modalidade violenta, associada a factores de ordem política, propagando o medo e o terror no seio das sociedades, de forma a compelir os Estados e Governos a ceder a imposições, as definições apresentadas impugnam a ideia de terrorismo como um fim em si, mas concorrem para um entendimento superior do fenómeno, estabelecendo o terrorismo como um meio para atingir um fim.

Assim, pautado por um valor depreciativo e condenável, o terrorismo tem desencadeado múltiplas reacções políticas, sociais e morais, que tornam o debate sobre a definição tanto mais complexo, quanto menos consensual. Na primeira edição da sua obra *“Political Terrorism: A Research Guide”*, Alex Schmid dedicou mais de 100 páginas, onde analisou mais de 100 definições de terrorismo, numa tentativa de chegar a uma definição totalitária. Apesar de passados quatro anos, e uma segunda edição da obra, e o autor assumir que não está próximo de cumprir o objectivo a que se propôs, importa ressaltar a distinção que concluiu entre o alvo da violência e o alvo da atenção no acto terrorista. Não só com acto violento, o terrorista consegue gerar consternação na sociedade, também mobilizando a atenção da sociedade através do uso de terror (gerado não só pela violência real, mas também pela construção teórica mesma), da coerção (p.e., o terrorista ameaçar executar reféns para pressionar os governos a aceitar as suas exigências) e da influência. As definições analisadas pelo autor, também chamam atenção para a “extranormalidade” do acto, que assume propositadamente a violação do “código de guerra”, ao atingir civis, com métodos cruéis, sem previsibilidade do local, e data em que poderão ocorrer (Taylor, 2010). O acto terrorista na óptica de Schmid é um acto criminoso que ao mesmo tempo carrega uma intenção simbólica. Desta forma identifica que o alvo (Camacho, 2011) da violência difere do alvo de atenção da organização terrorista.

Walter Laqueur também procurou resolver a questão, na sua obra, contudo conclui que não só é impossível, como não é compensatório concluir a questão. A sua opinião é suportada por uma lista de 22 categoria de palavras presentes nas diferentes 109 definições propostas por Schmid.

Apesar do exaustivo trabalho, e do autor assumir que a lista contém as categorias necessárias a uma boa definição de terrorismo, este conclui que só isso não chega. O fenómeno assume-se como impossível de definir pela constante evolução que ultrapassa (Hoffman, 1998).

Indissociável dos mecanismos de percepção e identificação interpessoais, a aplicação do rótulo de terrorista não é imune à interferência de valores e posições pessoais. Identificar as circunstâncias e contextos que proporcionam aos movimentos revolucionários legitimidade para realizarem acções violentas, e saber onde termina a acção revolucionária e principia o atentado terrorista, constituem questões centrais no processo de entendimento do fenómeno.

No que concerne à dificuldade de investigação na área do terrorismo, Sageman e Hoffman (2008) (citado por Taylor, 2010) caracterizam as limitações no campo da pesquisa através da dificuldade de acesso a evidências - base. O problema remete para a dificuldade de conseguir um contacto real com um terrorista (ou seja indivíduos que estiveram ou estão envolvidos em actos de violência política, ou em conspirações associadas a movimentos radicais), sem que este seja mediado pela intervenção do Estado. Ou seja a maioria conhecimento científico construído sobre o tema, foi através de indivíduos envolvidos em processos legais, resultando num enviesamento claro das informações adquiridas por este meio.

Aceder a uma organização terrorista e falar abertamente do tema com um terrorista sobre as suas práticas revela-se uma tarefa quase utópica, não só pela dificuldade de acesso, mas também porque, contrariamente aos terroristas do Século XIX, as organizações de hoje não se identificam com os discursos e representações produzidas a seu respeito, rejeitando a designação de terroristas, facto que, na prática, amplia a dificuldade de definição do fenómeno⁹ (Nascimento, 2002).

Sendo assim, se não conseguimos definir o terrorismo, podemos ao menos distingui-lo dos outros tipos de violência, e identificar as características que o tornam um fenómeno único de violência política.

1.3 O terrorismo e as outras formas de criminalidade

Continuamente os conceitos de terrorismo e guerrilha são classificados como sinónimos. Apesar de ambos se apresentarem como modalidades de luta política, e os métodos aplicados serem frequentemente os mesmos, geralmente em busca de mudanças de ordem política ou social, estes fenómenos não podem de todo ser confundidos.

A “pequena guerra” ou guerrilha é um termo de origem castelhana. No entanto, a aplicação destas técnicas remontam pelo menos há milhares de anos, como nos mostra o caso da resistência do povo Judeu contra os

⁹ A este respeito, a literatura e interpretação das designações adoptadas pelos diversos grupos terroristas, demonstram tendência para evitar o termo “terrorismo” preferindo outras designações (movimento de resistência; exército da libertação; movimento revolucionário; etc.) que transmitem uma imagem positiva e moralmente aceite.

invasores Selêucidas¹⁰ e mais tarde contra os Romanos, na actual Israel/Palestina. Além destes casos, os Romanos também foram alvos de guerrilhas por parte dos Gauleses e Lusitanos.

O método de guerrilha pode caracterizar-se pela mobilização de pequenos grupos, sem instalação fixa, que utiliza ataques surpresa com o objectivo de atingir os pontos fracos do adversário e aplica as convenções de guerra, em particular no que se refere aos direitos humanitários (Silva, 2005).

As táticas de guerrilha podem ser desenvolvidas por vários “actores”, como civis armados ou guerrilheiros propriamente ditos, mas também por forças profissionais, que aplicam táticas irregulares de guerra, normalmente na retaguarda do inimigo (Silva, 2005). Em ambos os casos o método resulta de um aproveitamento psicológico, geográfico e político das condições, não visa de todo a sua construção.

Um ponto de destaque no discurso da guerrilha assenta na legalidade do conflito armado. Durante várias décadas, o estatuto de guerrilheiro foi defendido pela Declaração de Bruxelas de 1874 e inserido na Convenção de Haia. Neste sentido a legalidade da guerrilha seria aceite numa guerra entre dois ou mais Estados, na área da retaguarda das forças convencionais, embora não fosse de todo considerado num conflito interno de Estado. Nesse sentido a III Convenção de Genebra de 1949 e subsequentes protocolos tentaram conferir o estatuto de legalidade aos guerrilheiros nos conflitos internos. Desde logo levantaram-se algumas questões, na medida em que as legislações internas dos países não concordam com a situação de “estado de guerra”, fazendo assim permanecer na ilegalidade este tipo de insurreição.

A principal vantagem do guerrilheiro em adoptar uma postura de legalidade na sociedade, não se traduz tanto numa questão de aceitação social, pelo que desde logo, os movimentos guerrilheiros gozam de uma concepção mais positiva, sendo muitas vezes entendidos como grupos de libertação nacionais e/ou opositores a regimes autocráticos, quando aos grupos terroristas que, como já foi referenciado, são geralmente entendidos como modelos de violência e de luta imoral (Laqueur, 1999). A principal vantagem remete essencialmente para a possibilidade de o guerrilheiro usufruir dos direitos de prisioneiro de guerra e o transporte de armas à vista. Ainda nos termos de aplicação da legalidade, encontra-se a obrigação fundamental no respeito pelas leis e costumes de guerra. Assim sendo, considera-se lícito “ todo e qualquer ataque a objectivos com características militares através de diversas acções, desde que sejam selectivos em relação aos alvos” (Silva, 2005). Portanto, as acções indiscriminadas contra alvos civis são reprovadas e constituem crime, bem como as mutilações, os maus – tractos a prisioneiros, as torturas e os suplícios, bem como a tomada de reféns e os atentados à dignidade humana, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes.

Como podemos observar a guerrilha e o terrorismo desde logo usufruem de uma diferenciação legal bem vincada, na medida em que por

¹⁰ A origem da dinastia Selêucida remota ao império Macedónio, popularizada pelos feitos do seu líder Alexandre o Grande.

norma, o terrorismo não está inerente ao cumprimento de regras convencionais de guerra, sendo logo identificado este facto no alvo das acções, que por norma nas acções tipicamente terroristas incluem civis.

Contudo não só neste campo se encontram diferenças. Uma importante disparidade assenta no facto de, não se encontrarem referências à vertente de intimidação psicológica e fomentação do terror nas acções de guerrilha, que por outro lado é elemento capital nas acções terroristas, ressaltando a ideia de movimento dissidente de uma estrutura militar original, decidida a prosseguir a luta através de meios menos convencionais.

Os objectivos também são bastantes díspares. A guerrilha procura a conquista e manutenção de territórios, adoptando medidas que garantem certo controlo e autoridade sobre as áreas conquistadas e respectivas populações (Hoffman, 1998), por seu lado, o terrorismo evita o confronto directo com as autoridades, optando por práticas de violência extrema, de modo a destabilizar e desacreditar os Estados e respectivos governos.

Importa também assinalar, através de uma análise histórica, que os movimentos guerrilheiros por norma surgem nas áreas rurais, enquanto o terrorismo opta por uma expressão em contexto urbano (Laqueur, 1999).

Interessa também relacionar os conceitos de criminalidade terrorista¹¹ com a do foro comum. Um assalto com finalidade de obter fundos financeiros, pode visar objectivos no âmbito terrorista ou criminal. Laqueur (1999) considera que actualmente o estabelecimento de uma linha divisória entre o terrorismo e a criminalidade organizada se afigura complexa. O autor identifica um movimento de aproximação progressivo entre os dois fenómenos, apresentando o tráfico de droga como exemplo.

Não podemos ignorar que realmente a criminalidade está associada aos movimentos terroristas, principalmente no factor do financiamento. Sem que este se cumpra, as acções terroristas ficam de certa forma no foro ideológico, pois a aquisição de armas, explosivos e outros meios de propagação de violência são essenciais à sua causa¹². Consideramos que a violência assume o papel de factor comum entre os actos.

Como Silva (2005) refere, as principais diferenças não remetem para uma análise das metodologias, mas sim dos objectivos e da organização. A primeira diferença reside no diferencial psicológico das duas acções. O terrorismo não tem como finalidade o acto criminoso ou a obtenção de lucros para os seus elementos. O acto de violência não se encerra em si, e nem é efectuado apenas para destruir, mas também para enviar uma mensagem, influenciar a audiência e intimidar. A violência assume-se como a combinação de força física e de conteúdo informativo, o qual é tanto ou mais importante do que a força. Esta característica não é observada no

¹¹ Como já foi referido os actos terroristas não se encontram legalizados por nenhuma convenção de guerra, bem como é possível encontrar na legislação portuguesa uma clara criminalização do terrorismo (Anexo 1).

¹² No caso da célula que preparou e executou as explosões de 11 de Março de 2004, em Madrid, para além dos sete espanhóis que fizeram explodir a casa onde se encontravam, nos arredores da capital espanhola, haveria ainda mais cerca de 30 indivíduos, entre os quais delinquentes comuns que compraram os explosivos através de fundos provenientes do tráfico de estupefacientes. Este é um claro exemplo de como na prática os conceitos de criminalidade comum e de terrorismo se entrelaçam.

simples acto de vandalismo, onde a audiência apenas é constituída pela vítima imediata do acto.

A segunda diferença remete para a motivação política, ideológica ou político – religiosa presente na expressão terrorista. De facto, enquanto as organizações criminosas típicas (como as máfias) são motivadas por interesses de ordem meramente financeiros ou empresariais, tendo como finalidade a aquisição e manutenção de somas financeiras à margem da lei, as organizações terroristas recorrem a semelhantes actividades apenas para sustentar a sua causa, num plano teórico. Brian Jenkins (citado por Silva, 2005) expôs que “era necessário definir terrorismo de acordo com a qualidade do acto, não com a identidade do perpetrador ou a natureza do acto. (...) Concluimos que um acto terrorista era, antes de mais nada, um crime no sentido clássico, como um homicídio ou sequestro, embora por motivações políticas”, ainda como complemento, Raymond Aron (1966) refere que “uma acção de violência é rotulada de terrorista quando os seus efeitos psicológicos são desproporcionados em relação ao seu resultado puramente físico”. Esta diferenciação entre os dois tipos de actos remete para um plano teórico, visto que, como já foi referido, as organizações desenvolvem um conjunto de relações íntimas.

Existem várias factores que ambos partilham, no sentido de organização (ambos utilizam células), as suas actividades podem ser transnacionais, e os grupos requerem santuários e apoiam-se nas comunidades de diásporas, usam técnicas similares e dispõem de sofisticados meios de informação e contra – informação que gera uma necessidade crescente de financiamento. Contudo, independentemente das similaridades e equivalências dos actos perpetuados, as motivações e os objectivos encerram desigualdades importantes. Como Hoffman (1998) indica os crimes violentos traduzem necessidades pessoais de expressão da violência, não passando por uma generalização do factor psicológico inerente a ela. Os actos terroristas muitas vezes são executados, e apoiados num possível sentimento de altruísmo, com o objectivo claro de difundir o terror pela sociedade.

1.4 “Tipos” de terrorismo

Importa desde já esclarecer que qualquer tipologia apresentada para o fenómeno terrorista carece sempre de uma contextualização, sendo que as opiniões no meio científico divergem no que concerne aos termos utilizados (Barra da Costa, 2007; Jenkins, 1996; Silva, 2005). Nesse sentido e para conferir exactidão à análise utilizaremos a tipologia proposta por Manuel da Silva (2005) na sua obra *Terrorismo e Guerrilha: das origens à Al-Qaeda*, que reflecte as opiniões gerais sobre a temática.

Desta forma podemos categorizar o terrorismo quanto ao local de actuação, onde podemos identificar dois tipos: terrorismo doméstico e terrorismo transnacional. Por outro lado podemos analisar a componente motivacional inerente aos actos, sendo que se diferenciam cinco tipos: separatista e/ou nacionalista; político ideológico (radical de direita ou de esquerda); político ideológico/religioso; político limitado; combinação de

vários. Não com isto queremos dizer que se classifica o acto terrorista apenas analisando uma categoria, visto que suportam dimensões diferentes do mesmo conceito¹³.

O terrorismo doméstico caracteriza-se pela sua delimitação dos acontecimentos perpetuados ao território do respectivo país em que ocorrem. Ainda dentro deste tipo, podemos diferenciar o terrorismo rural do urbano. Terrorismo rural caracteriza-se pelo seu espectro de actuação e recrutamento acontecer em zonas pouco industrializadas, sendo normalmente utilizado como suporte da guerrilha rural, servindo essencialmente para eliminar elementos não colaboradores (Silva, 2005). Este tipo de terrorismo ganhou destaque pela sua utilização no Vietname, Argélia e Grécia. Os dados mostram que no conflito greco-britânico, foram mortos mais gregos pelo EOKA do que pelos soldados britânicos (Silva, 2005). O terrorismo urbano surge da crescente industrialização, que tem vindo a relegar para segundo plano as zonas rurais. Se o terrorismo pretende instaurar um estado de terror, procura então afectar as zonas onde poderá ganhar mais notoriedade, sendo que as grandes cidades revelam-se como locais óptimos para atingir esse objectivo. Para além disso as grandes metrópoles oferecem diversas vantagens, quando comparadas com o meio urbano. São naturalmente um meio mais “agressivo”, em particular para os que têm menos recursos, permite uma maior e mais rápida propagação de notícias, e permite uma maior facilitação de fuga e ocultação, garantido maior facilidade de fuga e ocultação do terrorista.

Actualmente é este último tipo o mais comum, pelo que é sobre ele que a análise remete.

Entende-se por terrorismo transnacional aquele em que existe uma “exportação” da violência terrorista e dos seus efeitos para fora das fronteiras do Estado de origem dos terroristas, pode ainda ser utilizado para descrever “o desenvolvimento de ligas ou alianças internacionais de terroristas que coordenam operações à escala internacional”(Wilkinson, 1984)¹⁴. Neste tipo, os elementos dos grupos tanto podem ser recrutados entre os nacionais a que pertence a organização, como de entre os residentes dos Estado atacado, como ainda de terceiros Estados. No entanto, um terrorismo de características aparentemente domésticas pode ser dirigido para o exterior. Actualmente os grupos nacionais, como consequência da crescente globalização, têm tendência para se internacionalizarem, alargando rapidamente a sua base de apoio logístico para o exterior (Barra da Costa, 2007).

Nesse sentido será correcto questionar a pureza do terrorismo nacional.

¹³ Podemos ainda considerar os actos perpetuados por indivíduos de forma isolada, como uma tipologia à parte, contudo devido à carência de dados sobre o tema, não será abordado de forma isolada, como os restantes tipos.

¹⁴ Actualmente o exemplo mais presente será o caso da Al-Qaeda, que transportou o conflito directamente para o coração dos EUA, envolvendo inúmeras nações, espalhando o medo pelo Mundo e originando um conjunto de conflitos espalhados pelo globo.

Quanto à categorização tendo em conta a motivação inerente ao acto terrorista estas dividem-se em quatro períodos (ou tempestades), remetendo quase todos para uma zona de actuação em contexto urbano.

A “Primeira Tempestade” terrorista surge na Europa, nos finais do século XIX, com motivações anarquistas (Silva, 2005). Teve repercussões mundiais até se desvanecer, sem êxito, após a Primeira Guerra Mundial, em 1920. Durou cerca de 40 anos e expandiu-se com maior ênfase em França, Alemanha, Itália, Espanha, Balcãs, Polónia, Império Otomano, Índia e EUA. Ainda hoje se encontram resquícios em alguns países.

A “Segunda Tempestade” de motivação nacionalista/separatista surge no início do séc. XX e foi muito mais violenta que a sua antecessora. Os objectivos desta vaga estavam associados à procura de independência por regiões anexadas por outras desde há muito tempo, contudo culturalmente distante. Assiste-se ao nascimento de grupos como a ETA o IRA e o EOKA. Os métodos utilizados não diferiam muito dos aplicados na “Primeira Tempestade”, pautando pela utilização de bombas em espaços públicos. Os assaltos a bancos contudo foram menos frequentes, devido ao financiamento proveniente de várias diásporas¹⁵. Os assassinatos de figuras públicas foram diminuindo, surgindo uma nova orientação que visava a polícias e os serviços de informação estatais.

Os radicais acreditavam que os seus actos seriam ripostados pelas forças policíacas, da mesma forma, um facto que os beneficiaria, a médio prazo junto das populações, pelo efeito negativo da actuação do governo. Esta “Tempestade” embora com contornos diferentes de acordo com o espaço de actuação (tendência à internacionalização), ainda não se extinguiu.

A “Terceira Tempestade” associada a motivações de carácter político/ideológico, mais especificamente o radicalismo de esquerda e/ou nacionalistas, surge nos finais da década de 60. A guerrilha rural associada ao terrorismo rural atingira o seu ponto máximo no início desta década. Contudo com o fracasso de Che Guevara¹⁶, em particular na Bolívia em 1968, observou-se uma alteração do foco terrorista, passando a ocupar um maior espaço nos meios urbanos, fazendo-se sentir essencialmente nas

¹⁵ O termo diáspora define o deslocamento, normalmente forçado ou incentivado, de grandes massas populacionais originárias de uma zona determinada para várias áreas de acolhimento. Segundo Stuart Hall (2003) o termo remete essencialmente para os fenómenos relativos à migração de naturais das ex-colónias para as antigas metrópoles. Ainda segundo o autor “o conceito fechado de diáspora apoia-se na concepção binária da diferença. Está fundado na construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “outro” e de uma oposição rígida entre “o de dentro” e “o de fora” (Hall, 2003).

¹⁶ Che Guevara (1928 -1967) ideólogo e co-criador, juntamente com Fidel Castro, da doutrina dos Focos, e considerado por muitos como um dos grandes guerrilheiros da história. Com uma orientação política radical de esquerda (comunismo marxista-leninista) passou por diversos países da América do Sul (Venezuela, Argentina, Guatemala e Bolívia) até à sua morte, numa tentativa de insurreição na Bolívia. Defendia afincadamente que as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército, através da criação de focos insurreccionais, preferencialmente com origem no meio rural, que posteriormente originariam “clones” que se multiplicariam noutros espaços. Na sua óptica, o combate deveria ser desenvolvido em cada país enquadrado numa dimensão internacional, com o objectivo de converter a totalidade do globo ao comunismo. A sua doutrina teve muitos adeptos na América do Sul até à data da sua morte, sendo considerado ainda hoje como um ídolo. (Debray, 1967; Fafe, 1997).

grandes cidades da América Latina, que durante as décadas de 60 e 70 apresentava a mais alta taxa de crescimento populacional do mundo, com uma enorme urbanização e um elevado índice de pobreza associado ao grande número de desempregados que assolava as cidades.

Impulsionado pelo sucesso obtido nas cidades Latino-Americanas, o método depressa de espalhou pela Europa, EUA e Médio Oriente¹⁷. Esta “Tempestade” não seguiu um percurso linear, sendo que alguns movimentos exploraram várias soluções e métodos.

Os grupos de terrorismo urbano que surgiram na Alemanha Ocidental e nos EUA¹⁸ eram pequenos e insignificantes em termos de danos pessoais, contudo atraíram muita atenção e foram largamente publicitados. O IRA, devido ao seu forte apoio popular, foi o melhor sucedido entre os grupos.

As metodologias resumem-se principalmente a assaltos a bancos, roubos de armazéns, assassínio de líderes políticos, diplomatas e homens de negócios, sequestros de aviões e execuções.

Verifica-se uma tendência à internacionalização do terrorismo, como é possível observar na organização palestina PFLP¹⁹, que efectuou operações combinadas com o Exército Vermelho Japonês e com os *Baader – Mainhof*.

Alguns processos da “Terceira Tempestade” continuam ainda em curso, em particular na Ásia e no Médio Oriente.

Nos finais dos anos 70, chegou a “Quarta Tempestade” terrorista, esta com motivações político-religiosas, nomeadamente islâmico. Os objectivos destes grupos passavam por derrubar os respectivos governos, através da utilização de metodologias terroristas, sendo que se sentiu fortemente a sua actuação no Egipto, Irão (onde os radicais xiitas conseguiram alcançar o poder), Líbano (com uma exportação do movimento xiita do Irão²⁰).

No geral os movimentos político-religiosos procuram representar o combate cego entre o que consideram ser o bem (os representantes das suas crenças) e o mal (todos os outros), abraçando uma “visão ideológica totalitarista” (Silva, 2005). A maioria dos islamitas radicais insiste na concepção que “(...) o sistema internacional construído pelo Ocidente desde o Tratado de *Westfália*²¹ entrará em colapso; e um novo sistema internacional ascenderá sob a liderança de um poderoso Estado islâmico.” (AlQaeda, 2004 citado por Silva, 2005).

Os métodos como o assassinato e a tomada de reféns já aplicados noutros movimentos continuaram em vigor. A sua grande inovação remete

¹⁷ Nomeadamente no conflito entre a Palestina e Israel. Nesta situação podemos falar sobre a existência de terrorismo de Estado. Nestas circunstâncias observa-se o claro apoio e patrocínio por parte de um Estado, a grupos reconhecidamente terroristas, para atingir outro estado ou um objectivo político que lhe é próximo.

¹⁸ Destaca-se na Alemanha Ocidental o *Rote Armee Fraktion* (RAF ou *Baader-Meinhof*). Nos EUA apontamos os *Weathermen* e o *BLA* (*Black Liberation Army*).

¹⁹ *Popular Front for the Liberation of Palestine*.

²⁰ Onde podemos referenciar a participação activa da organização terrorista conhecida como *Hezbollah*.

²¹ Tratado realizado entre as potências europeias em 1648, com o objectivo de por termo aos conflitos religiosos e introduzir os conceitos de Estado-Nação e de soberania de Estado. (Magnoli, 2008)

para a elevada potência dos ataques contra instalações, particularmente governamentais, e a utilização em larga escala do atentado suicida.

A partir da década de 90, com o término da Guerra Fria, os processos revolucionários de cariz político-ideológico iniciados na “Terceira Tempestade” diminuíram consideravelmente, abrindo espaço à negociação. Como consequência os grupos terroristas da “Quarta Tempestade” foram quase todos derrotados, embora ainda se encontrem resíduos na Ásia, Médio Oriente e América Latina.

A “Quinta Tempestade”, actualmente ainda em curso, nasce da vitória dos guerrilheiros muçulmanos, contra o domínio soviético no Afeganistão, no início da década de 90, onde se forma o grupo hoje conhecido como AlQaeda e outros associados, próximos ideologicamente. Partindo dos princípios da “Quarta Tempestade” estes grupos ampliaram os seus objectivos a uma escala global²².

Estas organizações procuram criar uma comunidade mundial sobre o estandarte do Islão e aplicar o *sharia*. Muitos dos grupos da “Tempestade” anterior decidiram-se enquadrar nesta vaga terrorista transnacional.

Em comparação com as outras “Tempestades”, estas organizações terroristas aplicam métodos mais devastadores, procurando maximizar o efeito psicológico a uma escala global, além de aumentarem a sua potência de destruição manifestam um total desrespeito pelas normas e convenções da guerra.

II- Construindo a organização terrorista

Como podemos observar o fenómeno terrorista rodeia-se de um número tão vasto de definições, quanto a quantidade de investigações e perspectivas que o abordam. Não é possível gerar um consenso, enquanto se gerar a discussão assente numa maior importância, nesta ou naquela área de estudo. Como o terrorismo afecta diversas áreas, exige que a sua abordagem seja multidisciplinar, e transversal ao conhecimento. Numa coisa todos estão de acordo o terrorismo representa a modalidade de luta subversiva²³, de orientação político – ideológica, que suporta mais do que um acto criminoso, uma elevada componente psicológica, presente no sentimento de insegurança e medo gerado na sociedade.

Contudo compreender o conceito de terrorismo, em si só não nos permite construir um esquema de como as manifestações terroristas se organizam. Poderá o indivíduo desenhar um acto de tamanha hostilidade, de forma racional? Ou apenas acontece quando determinados indivíduos apresentam características ímpares que os conduzem a este tipo de

²² Como podemos observar com o ataque proferido pela organização AlQaeda ao coração dos EUA em 1998.

²³ Entende-se por luta subversiva ou conflito subversivo como uma luta em que são aplicados métodos construtivos (como a doutrinação, propaganda, etc.) e métodos destrutivos (sendo os principais, a guerrilha e/ou o terrorismo), concebidos num determinado território por organizações (internas ou externas) contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de alcançarem o poder ou de pelo menos atingirem objectivos limitados (Silva, 2005).

movimentos? Poderá o contexto educativo, e socioeconómico estar associado à ideia de terrorismo?

Estas são algumas das questões que a simples compreensão do conceito não nos consegue responder, obrigando então a uma análise mais detalhada.

O acto terrorista é antes de mais nada uma acção colectiva, essencialmente um acto político em nome de um grupo étnico, religioso, nacionalista ou com uma orientação ideológica, caso contrário, o acto não passará de um crime cometido contra terceiros, com o objectivo de valorizar algum objectivo pessoal, não muito distante do que se identifica como “crime comum”. Sendo assim importa perguntar o porquê das pessoas se envolverem em acções colectivas. Podemos abordar a questão de várias perspectivas. Ao analisarmos a hipótese da existência de factores individuais isoladamente (como patologias, personalidade ou genética), logo nos deparamos com a problemática de não ser possível identificar um padrão entre comportamentos em indivíduos com características similares.

Dipak Gupta (2005) identificou vários estudos realizados no âmbito psiquiátrico, com o objectivo de tentar identificar possíveis linhas orientadoras de pensamento, no indivíduo, que possam ajudar a descortinar a motivação para o terror. Glass (1987) (citado por Gupta, 2005) aquando do seu estudo com pacientes esquizofrénicos observou que pode existir uma associação entre as estruturas internas associadas às emoções e a construção de crenças políticas e étnicas. Este sistema de crenças, mais ou menos coerente consoante a força que as alucinações exercem no paciente é caracterizado pela criação de imagens dicotómicas e extremas entre si, como bom/mau, Deus/demónio, Americano/comunista, preto/branco etc. Akhtar e Haroun (1999) (citado por Gupta, 2005) estudaram que existem traços de personalidade que predis põem os indivíduos para a violência contra outros indivíduos. Sarraj (2002) (citado por Gupta, 2005), um reconhecido psicólogo palestino, argumenta que o principal motivo que conduz um indivíduo a cometer um acto de suicídio bombista é uma mistura de sentimentos de culpa, vergonha e desejo de vingança sobre uma injustiça percebida perpetuada pelo estado Israelita sobre o povo palestino. Konet (2001) encontra evidências de alguma fantasia sexual reprimida da infância no caso dos homens, que na fase adulta a exprimem através de actos de violência contra outros, enquanto Morgan (2002) atribui a causa da mulher participar em tais actos, à necessidade de se auto – afirmar em sociedades paternalistas.

Apesar da riqueza dos resultados e do número muito elevado de estudos realizados pela psicologia na tentativa de atribuir uma causa individual ao comportamento terrorista, a comunidade científica recusa-se a aceitar que apenas um conjunto de factores individuais esteja na raiz de uma acção com a escala do terrorismo. Não seria de todo correcto afirmar que existe uma identidade, ou personalidade terrorista, nem que todos os terroristas sofram de um distúrbio que os conduza a acções de violência indiscriminada, contudo bastante organizada. Ou pelo contrário estaremos nós a ignorar o facto de haver determinadas características e variáveis no

meio, que poderão estar na raiz da criação de uma “identidade terrorista”, ou por outro lado no despoletar de uma psicopatologia que afecta a maioria dos terroristas.

2.1 O operacional terrorista: análise de alguns dados demográficos

Apesar da dificuldade em obter dados que contribuam com exactidão para fazer uma análise demográfica dos indivíduos que ingressam nas fileiras terroristas, existem alguns trabalhos exploratórios²⁴ que permitem uma reflexão.

Patrocinada pelo Ministério do Interior da antiga República Federal da Alemanha, foi realizado na década de 80, um dos maiores levantamentos demográficos de antigos operacionais terroristas realizados até hoje.

Constituída por elementos de diversas áreas científicas (Baeyer-Kaette, W.; Bollinger, L.; Classens, D.; Jäger, H.; Schmidtehen, G.; Süllwold, L.) a equipa examinou o percurso de 250 terroristas alemães, 227 dos quais pertenciam a organizações com uma clara conotação política de esquerda (RFA²⁵). Para tal utilizaram um conjunto de técnicas de intervenção clínica com os sujeitos que à data cumpriam penas de prisão. Em relação aos contextos sócio-culturais de origem dos sujeitos, os investigadores (citados por Post, 1990; McCauley & Segal, 1987; Merkl, 1995; Nascimento, 2002) observaram que a maioria dos indivíduos pertencia às classes sociais média e alta.

No que diz respeito à faixa etária e identidade de género dos terroristas, os autores apresentaram que 30% eram do sexo feminino e a maioria dos sujeitos estudados tinham idades compreendidas entre os 20 e 30 anos, durante o período de actividade terrorista (Post, 1990; Merkl, 1995).

Colocando como hipótese que poderiam os elementos de organizações terroristas poderem apresentar padrões relacionais a nível familiar, disfuncionais, os autores observaram que aproximadamente 25% dos 227 indivíduos associados à RAF perderam um dos progenitores (em alguns casos ambos) ainda durante a adolescência. Por outro lado 33% dos sujeitos mantinham relações conflituosas com a família nuclear (McCauley & Segal, 1987; Nascimento, 2002).

A nível das habilitações literárias, a grande maioria dos sujeitos tinha concluído o ensino secundário e cerca de 80% frequentou o ensino superior (Post, 1990; McCauley & Segal, 1987, Nascimento, 2002).

²⁴ No sentido de conferir exactidão aos dados apresentados, e à presente análise, optou-se por assumir os exemplos dos principais grupos terroristas europeus: *Rote Armee Fraktion* (RFA), *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), *Provisional Irish Republican Army* (PIRA, actualmente RIRA). Para completar a análise incluímos também o exemplo português, FP-25, que será abordado com maior detalhe no capítulo III.

²⁵ Grupo anarco-marxista formado na Alemanha na década de setenta, composto essencialmente por estudantes, denominado *Rote Armee Fraktion* (RFA). Liderado por Andreas Baader e Ulrike Meinhof, dedicou-se à prática de atentados terroristas na Alemanha com vista a destruição do modelo social em prática, de forma a permitir a implementação do novo modelo com base em ideologias marxista-leninista.

Por último, os investigadores observaram que a grande maioria dos indivíduos já tinha experimentado outras formas de contestação política (e.g. movimentos estudantis, manifestações públicas, etc.)

Noutro contexto de violência política Clark (1983) realizou o mesmo tipo de estudo junto da organização separatista basca (ETA²⁶).

No que concerne à média de idades, o autor refere que a maioria dos operacionais, tal como no estudo alemão, tinham idades compreendidas entre os 20 e 25 anos aquando da sua actividade na ETA (Clark, 1983). Ao nível do género, os dados obtidos apontam no sentido de existir uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino (aproximadamente 80%) no seio da organização (Clark, 1983). O autor postulou que os correligionários do sexo feminino desempenham outras funções e papéis que não as da luta armada, nomeadamente actividades de suporte estratégico e operacional.

Considerando a grande homogeneidade étnico-cultural que caracteriza a população do País Basco, e atendendo ao significado político da sua luta os dados apurados quanto à origem dos *etarras* revelam-se de extrema importância para a análise.

Aquando da elaboração do estudo, a grande maioria dos *etarras* eram oriundos das cidades bascas em que se fala o dialecto basco, sendo de destacar que 40% dos operacionais descendem de sistemas familiares de identidade étnico cultural misto (Clark, 1983). São estes operacionais que as autoridades espanholas classificam como de maior perigo e são estes também os mais activos.

Estes resultados são lógicos no sentido que a ETA executa um terrorismo com reivindicações separatista relativamente ao estado Espanhol. Desta forma, onde as raízes bascas são mais profundas (como nas regiões onde se fala o dialecto) seria os locais mais propícios ao surgimento de sentimentos revolucionários. Contudo é possível levantar algumas questões relativamente ao sistema familiar dos elementos mais perigosos. No seguimento da ideia anterior seria de esperar que aqueles que fossem oriundos de famílias totalmente bascas, fossem aqueles que mais facilmente desenvolvessem sentimentos de opressão, e ideias de libertação, contudo não é isso que se verifica, sendo aqueles são membros de famílias mistas, que mais dão o corpo ao manifesto. O estudo não avança com nenhuma possível explicação para este fenómeno, poderemos questionar se a maioria da população basca descende de famílias mistas, desta forma os resultados não seriam de todo incorrectos, contudo a maioria dos *etarras* não se enquadram neste campo. Poderá então a questão familiar gerar um problema de identidade social nos indivíduos, onde o facto de pertencerem a ambos os lados da luta os impede de alguma forma de atribuir um significado social a si mesmo. Desta forma a extrema violência com que atuam, poderá ser um reflexo de uma tensão interna. Ou por outro lado, poderão ter sofrido

²⁶ *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) assume-se como uma das organizações terroristas mais antigas da Europa, ainda no activo. Desde 1959, data da sua criação, que a Espanha tenta lidar com este grupo que desde logo adoptou a violência como arma, para protagonizar o objectivo de independência da região espanhola conhecida como País Basco. Para além de ataques em cidades espanholas, realizaram atentados em França e Itália, sendo actualmente responsável por mais de 800 mortes e avultados prejuízos financeiros.

enquanto jovens algum tipo de segregação por parte daqueles que são totalmente bascos, reflectindo-se assim numa necessidade de aceitação social, que os conduz a serem mais operacionais que os outros, numa tentativa de se demarcarem das suas origens espanholas e cimentar a sua identidade social. Fica a questão, na esperança que estudos futuros analisem esta questão, para melhor compreender este tipo de terrorismo.

Por último no que se reporta às categorias sociais de origem, os dados revelam que a organização separatista basca comporta nos seus elementos, sujeitos provenientes de várias classes sociais: a maior fatia pertence à classe operária (32%) e média (42%), apenas um reduzido número pertencem a escalões socioeconómicos mais elevados (Clark, 1983).

No que refere à realidade política da Irlanda do Norte, Taylor & Quayle (1994) sublinharam alguns dados relativos aos membros do PIRA²⁷.

O estudo revelou que os membros da organização, que executam acções de terrorismo, têm idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos e na maioria pertencem ao sexo masculino (Taylor & Quayle, 1994)

A grande maioria é proveniente da classe operária, com habilitações literárias de nível secundário (op. cit.).

No que concerne ao caso português, Barra da Costa (2007) realizou um levantamento demográfico bastante completo das FP-25, onde inclui simpatizantes, membros e testemunhas de defesa apresentadas em tribunal pelos operacionais. Nesta análise iremos apenas abordar os dados relativos aos membros, para que seja possível efectuar uma comparação fiável com os restantes grupos terroristas apresentados.

Neste sentido o autor apontou que os membros das FP-25 (num total de 152 sujeitos analisados, sendo que 46 destes eram operacionais) no que concerne à faixa etária aquando da sua actividade na organização tinham idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos (Barra da Costa, 2007). A distribuição por género tende maioritariamente para o sexo masculino (88,1%) quando comparado com o sexo feminino (11,9%).

O autor ainda referiu que a maioria era proveniente de zonas fortemente industrializadas, sendo que 32,4% eram de Lisboa, 19,7% do Porto e 21,2% de Setúbal. Conferindo desta forma uma divisão socioeconómica favorável à classe média e alta (1,4% pertenciam a classes mais baixas, enquanto que 34,2% eram provenientes do sector secundário, e

²⁷ O PIRA (*Provisional Irish Republican Army*) surge como um grupo que adopta a luta armada como forma de luta pela total independência da ilha Irlandesa, dividida actualmente em Irlanda do Norte e Irlanda do Sul. Esta guerra, conhecida como o conflito de *Ulster*, nome atribuído à Irlanda do Norte pelo Reino Unido, surge em 1921, sendo desde logo caracterizada por uma forte contestação por parte do então grupo armado IRA. O problema deve-se essencialmente, à divisão religiosa existente na ilha, em que o Sul se caracteriza por uma maioria católica, e o Norte com uma população de 1.6 milhões de habitantes apresenta uma maioria protestante (apenas 43% são católicos) e continuam ligados ao Reino Unido como parte integrante do mesmo. Desde então o grupo armado, actualmente conhecido como “Provos” ou IRA Provisório, é responsável por vários atentados realizados na região de *Ulster*, no sentido de a tornar ingovernável, obrigando o governo britânico a ceder a região à gestão Irlandesa. Até aos dias de hoje mais de 2 mil vítimas podem ser contabilizadas, entre os atentados terroristas, e os confrontos com as forças de autoridade. Desde de 1998, que o grupo assumiu uma nova face, com a denominação de RIRA (*Real IRA*) liderados por Michael McKevitt.

48,12% de classes média-alta). De destacar que os estudantes representam mais de 5% dos membros e 9% dos operacionais (Barra da Costa, 2007).

Como já foi referido, obter dados demográficos que possam apresentar validades qualitativas e quantitativas consistentes é de extrema dificuldade para quem investiga o fenómeno terrorista, contudo, e tendo como base os estudos apresentados, que apesar das limitações, suportam-se de uma consistência muito positiva, podemos concluir alguns padrões nos membros e operacionais de uma organização terrorista:

- Os membros tomam contacto com movimentos revolucionários e conseqüentemente com a organização terrorista, ainda jovens, mais especificamente entre os 20 e os 30 anos, e normalmente enquanto estudantes;
- O sexo masculino representa a maioria no seio da organização terrorista;
- O terrorismo é predominantemente interpretado por sujeitos pertencentes a níveis socioeconómicos médios;
- Observa-se um número bastante significativo de indivíduos com formação superior;

2.2 O funcionamento psicológico do terrorista: A hipótese psicopatológica

Homicídios, raptos, atentados a bomba, assalto à mão armada e tomada de reféns, representam algumas das actividades típicas de um operacional terrorista. São, em última análise, as suas obrigações perante as organizações a que pertencem.

Deparados com o carácter extremamente brutal deste tipo de práticas, e de certa forma, ampliadas pela comunicação social, é normal que a generalidade das pessoas avalie e percepcione este tipo de comportamentos como resultado de uma qualquer psicopatologia.

Analisemos então as características específicas da perturbação de tipo psicótico, na tentativa de aferir uma eventual relação entre o funcionamento psicológico deste indivíduos e a dinâmica funcional das organizações terroristas.

A própria definição de psicopatia, nomeadamente quanto à sua inclusão das perturbações psicopatológicas, é por si só, controversa entre os técnicos de saúde mental (Nascimento, 2002)

Ao analisarmos a abordagem da *American Psychiatric Association* (APA) (2002) à perturbação Anti – social da personalidade (anteriormente designado psicopatia, sociopatia ou perturbação dissocial da personalidade) esta refere que a principal característica desta perturbação é um padrão global de instabilidade no relacionamento interpessoal, bem como um total menosprezo pelos outros e pelos seus direitos, que geralmente se manifesta noutras perturbações de comportamento na infância e adolescência.

Os critérios de diagnóstico apontado pela APA (2002) são:

“ *A. Padrão persistente de desrespeito e violação dos direitos dos outros ocorrendo desde os 15 anos, indicado por 3 (ou mais) dos seguintes:*

- *Incapacidade para se conformarem a normas sociais no que diz respeito a comportamentos legais como é demonstrado pelos actos repetidos que são motivos de detenção;*
- *Falsidade, como é demonstrado por mentiras e alibis ou contrariar os outros para obter lucro ou prazer;*
- *Impulsividade ou incapacidade para antecipar;*
- *Irritabilidade e agressividade, como são demonstradas pelos repetidos conflitos e lutas físicas;*
- *Desrespeito temerário pela segurança de si próprio e dos outros;*
- *Irresponsabilidade consistente, como é demonstrado pela incapacidade repetida para manter um emprego, ou honrar obrigações financeiras;*
- *Ausência de remorsos, como é demonstrada pela racionalidade e indiferença com que reagem após terem magoado, maltratado ou roubado alguém;*

B. A pessoa ter uma idade mínima de 18 anos.

C. Haver evidências de Perturbação de Comportamento antes dos 15 anos.

D. O comportamento anti – social não ocorrer durante a evolução de Esquizofrenia ou de um Episódio Maníaco” (p.668)

Em análise às características apontadas pela APA, para indivíduos com perturbação Anti – social de personalidade, parece-nos que tais factores não se podem associar à estratégia terrorista enquanto “arma política”.

Sendo as organizações terroristas constituídas por um sistema social pautado por regras e normas de conduta, com o objectivo de maximizar a sua eficácia e nortear as suas práticas, é difícil aceitar que indivíduos com as características acima referidas (como a incapacidade em aceitar regras e normas de conduta social) possam criar ou integrar um sistema do tipo referido. Podemos também analisar, que a ausência de valores e o elevado grau de irresponsabilidade torna muito difícil que um indivíduo com a perturbação indicada, se empenhe verdadeiramente na prossecução dos objectivos que pautam as organizações terroristas, sendo que o terrorista assume que “acredita na grandiosidade e objectivo justo da sua causa” (Nascimento, 2002), contrastando com incapacidade do sujeito psicopata entender valores como a justiça.

Apesar de faltar investigação científica de cariz psicossocial sobre este tipo de fenómenos, as informações disponíveis apontam de forma unânime que os operacionais terroristas não ser incluídos num padrão psicopatológico (Post, 1990; McCauley & Sergal, 1987; Merkel, 1995; Haroun & Snyder, 1999, citado por Nascimento, 2002).

Podemos apontar as investigações realizadas na década de 80 a ex-terroristas alemães, onde os investigadores não detectaram indícios de perturbações psicopatológicas (Post,1990; Merkel, 1995). Também no âmbito da Conferência Internacional sobre Democracia, Terrorismo e

Segurança realizada em Madrid²⁸, o comité formado para analisar as raízes psicológicas do terrorismo concluiu que uma explicação somente ao nível da psicologia individual era insuficiente. Assumiram mesmo que o operacional terrorista é psicologicamente “normal” no que concerne à análise psicótica do tema²⁹, nem apresentam quadros depressivos, nem distúrbios emocionais significativos, nem são fanáticos (Post, 2005) (citado por Poste et. al, 2009), em linha com os estudos já realizados anteriormente por Crenshaw (1990) onde este conclui que “ a característica comum entre os terroristas é a sua normalidade”.

Os estudos³⁰ não revelam um mecanismo psicológico específico, uma personalidade particular ou uma “ mente terrorista”. Contudo dados indicam que indivíduos com determinados traços de personalidade poderão mais facilmente ser conduzidos para os caminhos do terrorismo (Post, 2005), em particular se revelam alguma frustração, com tendência para externalizar, que acabam por procurar atribuir apenas causalidades externas às suas dificuldades. Incapazes de lidar com as suas inadequações, indivíduos com personalidades pautadas fortemente por estes traços necessitam de um alvo para as suas frustrações, bem como de um objecto a que culpabilizam pelas suas fraquezas e insucessos. Este tipo de indivíduos encontra na polarização da retórica terrorista uma resposta as suas necessidades “ se não somos nós... são eles”.

Neste sentido o terrorismo não pode ser considerado como consequência de uma anormalidade psicológica, mas sim como o resultado de uma interacção de variáveis individuais e sociais com um grupo patológico. Desta forma uma análise isolada numa perspectiva psiquiátrica não será suficiente para compreender o fenómeno na sua totalidade.

2.3 A identidade terrorista: uma abordagem psicossocial ao fenómeno

Como temos vindo a analisar, os grupos terroristas surgem, na sua maioria, em consequência de conflitos sociais conjugados com o fracasso dos meios convencionais de contestação política³¹. Desta forma, o fenómeno pode ser entendido como uma forma radical de oposicionismo político, com quadros estruturais bem definidos em torno de uma causa.

²⁸ No âmbito do primeiro aniversário dos atentados bombistas de índole islamita, à estação de comboios de Madrid, Espanha.

²⁹ Com isto não querendo dizer que indivíduos com perturbações de personalidade não estejam inseridos nas fileiras das organizações terroristas, contudo assumimos que estes não são estatisticamente significativos (Nascimento, 2002).

³⁰ Wilfried Rasch (1996) ocupou-se durante muito tempo de analisar os terroristas do grupo Baader – Meinhof. Este testemunhou não ter encontrado nenhum sinal de confusão mental ou falta de responsabilidade. Executavam as suas missões com uma clara representação dos objectivos e não mostravam sinais nenhuns de psicose. Frank Burton (1973) passou seis meses num bairro católico irlandês, conhecido por ser um ponto de recrutamento do IRA, não notou nada de patológico que fosse comum aos simpatizantes e recrutas desta organização. Encontrou, sim, falta de cultura, educação deficiente, fanatismo ideológico e autoritarismo, mas mesmo entre os recrutas observou também bom-senso, sensibilidade e moderação.

³¹ Como os dados demográficos apresentados anteriormente nos mostram, uma percentagem muito significativa de membros de organizações terroristas experimentam outras formas de contestação política antes de ingressar numa organização desde género.

Se assumirmos a comparação entre as organizações terroristas com uma organização comum, as suas necessidades básicas não assumem uma total divergência, desde a necessidade de elementos, bem recrutados que estejam alinhados com a política/ideologia da organização, ao tratamento e recolha de informação, angariação de fundos, ou investimentos que lhe garantam meios financeiros para actuarem, bem como a capacidade de mobilizar apoios e “fascinar” os seus membros com vista a sua total entrega ao desenvolvimento da organização.

Contudo não poderemos considerar que as motivações que conduzem a um elemento a ingressar numa organização terrorista são “gémeas” das que conduzem um indivíduo a ingressar numa organização de outro tipo.

Para cada definição apontada para o conceito de terrorismo, um número igual de motivações e causas aparentes são apresentadas para o tentar justificar. Contudo várias questões são levantadas, que devem ser analisadas com algum cuidado: O que pode motivar um terrorista a optar pela carnificina em vez de uma discussão civilizada? Terroristas normalmente pertencem a grupos - de que forma estes os influenciam? Quais as razões que conduzem, por vezes, alguém a acabarem com a sua vida de forma tão violenta e devastadora?

Neste sentido, pretende-se a abordar as questões causais para o acto terrorista de uma forma transversal, tendo em conta uma análise psicológica, sociológica e económica do tema. Desde logo é necessário ter em atenção alguns erros comuns que acontecem quando se aborda o tema:

- Geralmente, nos media, o *stress* gerado pelas consequências camufla a procura por significado. Uma análise detalhada as “razões porque” não é fácil, e não poderá de todo ser apontada por si só como um motivo do terrorista;
- Muita da procura por causas é baseada em conjunturas e opiniões injustificadas. As verdadeiras provas raramente estão disponíveis;
- A perspectiva adoptada (como observadores, representantes institucionais, vítima ou parente da vítima) pode afectar o nosso julgamento do acto;
- Generalizações e palpites são susceptíveis de desapontar o investigador sério, dados os variados contextos onde o fenómeno se exprime;
- Conclusões referentes aos efeitos causais são frequentemente simplistas;
- A frequente controvérsia quanto à consistência dos resultados;
- A liderança nas organizações terroristas parece ser muito sensível à mudança e a influências intra e extra organizacionais. Traçar um caminho motivacional num grupo baseado no seu líder, revela-se difícil e confuso;
- Não existe um único perfil de terrorista;

- A associação entre factores socio – políticos e económicos, como a pobreza ou acesso a educação, por si só não apresentam dados que o corroborem.³²

Estas questões mostram que o mais importante no estudo do terrorismo não é aquilo que já sabemos, mas como Sócrates³³ enunciou “*O que tu podes saber pode ser menos importante, quando comparado ao que tu podes não saber*”.

Na nossa opinião e em conformidade com os estudos realizados (Tajfel, 1982; Barra da Costa, 2007) as motivações dos membros das organizações terroristas poderão ser compreendidas na análise da identidade do terrorista.

2.3.1 O conceito de identidade no estudo do terrorismo

Durante o processo de desenvolvimento, os seres humanos, constroem, progressivamente, identidades próprias, na qual as dimensões biológicas, psicológicas e sociais se cruzam.

Muito utilizado na investigação em psicologia e sociologia, o conceito de identidade quase que se pode considerar como um *cliché* cultural, tanto como um termo técnico que se refere a uma importante componente da *psyché* humana. Numa análise transversal à literatura do terrorismo observamos que o conceito é frequentemente mencionado, mas raramente explorado, como se a simples referência ao conceito suportasse o seu poder no comportamento e sentido de existência dos indivíduos. Como Jenkins (1996) observa o conceito de identidade não existe por si mesmo, tem que ser estabelecido à luz de um contexto e inserido numa linha de pensamento.

Na extensa pesquisa que efectuamos para tentar entender se existe uma “personalidade terrorista” Horgan (2003) enunciou que a abordagem feita pela psicologia dinâmica é a mais popular junto da comunidade científica e a que melhor tem explorado este sentido de investigação.

O estudo teórico do conceito de identidade nasce nas investigações de Erik Erikson. Ao analisar os estudos realizados por William James e Sigmund Freud, Erikson conceptualiza que a identidade individual nasce de uma dialéctica entre forças internas (descritas pelo autor como o sentido de identidade que cada um possui de si mesmo, que conduz ao auto – reconhecimento e auto – definição) e forças externas (referenciadas por Freud como a colectividade, etnia, nacionalidade, família e relações sociais) ao indivíduo.

³² É comum associar o terrorismo a zonas geográficas onde o acesso a recursos é limitado, e existe uma grande disparidade social na população, sendo que os mais afectados procuram no terrorismo um meio de se revoltarem contra as dificuldades e aqueles que as representam. Contudo a investigação diz o contrário, como podemos observar nos estudos realizados por Clark (1983) na ETA, Baeyer-Kaette, W.; Böllinger, L.; Classens, D.; Jäger, H.; Shmidtehen, G.; Süllwold, L.(1981) na RFA, Taylor & Quayle (1994) no IRA e Barra da Costa (2007) nas FP-25.

³³ Sócrates (469 a.C – 399 a.C) filósofo ateniense, destacado como um dos pais da filosofia ocidental. Dedicou muito do seu tempo ao desenvolvimento da maiêutica ou parto de ideias. Grande adepto do debate, procurava esclarecer a dúvida, pondo em questão a certeza, que na sua óptica, seria fruto de “preconceitos”. Desta forma pretendia que os seus interlocutores pudessem reconhecer a ignorância e assim chegar a novas ideias mais próximas da verdade. Defendia que se devia dar mais ênfase à procura do que não se sabe, do que transmitir o que se julga saber, privilegiando a investigação permanente (Magalhães-Vilhena, 1984).

Com base nestes *insights*, Erikson (1976) define o que inicialmente chamou de identidade do ego como sendo “ a consciência do facto que existe uma auto-identidade e continuidade nos métodos de síntese do ego e que esses métodos são eficazes na salvaguarda da identidade e continuidade do significado que a pessoa tem para os outros membros da comunidade.”. Esta seria a resposta, que segundo Erikson, respondia a questão de “quem sou eu?”. A identidade engloba então, um sentido consciente de singularidade individual, um esforço para manter a continuidade da experiência e uma solidariedade para com as ideias do grupo. Sendo assim não podemos considerar a identidade como um acto de desenvolvimento único, surgindo mesmo como uma configuração que se desenvolve, de forma gradual integrando dados constitucionais, necessidades libidinais idiossincráticas, identificações, defesas e papéis consistentes (Erikson, 1976) só podendo surgir da adaptação do indivíduo ao meio, pautada pelas suas potencialidade, visões do mundo, tecnológica, ideológica e política.

2.3.2 Os estádios de desenvolvimento na teoria de Erikson

Apesar da raiz da sua teoria se encontrar na psicodinâmica freudiana, podemos observar uma abordagem diferente ao conceito de desenvolvimento da personalidade que a maioria das restantes abordagens na área. Ao contrário da análise “pura” freudiana, que se foca na gratificação sexual como factor de desenvolvimento da identidade dos indivíduos, a teoria de Erikson procura compreender as necessidades básicas inerentes ao comportamento humano. Neste sentido para os indivíduos se desenvolverem de forma saudável e bem ajustada ao meio, onde estão inseridos, estes deveriam atravessar ao longo da vida, um conjunto de oito estádios de desenvolvimento, pautados pela existência de uma “crise normativa”.

Os oito estádios de desenvolvimento incluem (Erikson, 1976):

- 1- Confiança versus Desconfiança (do nascimento até aos 18 meses);
- 2- Autonomia versus Vergonha e Dúvida (dos 18 meses aos 3 anos);
- 3- Iniciativa versus Culpa (dos 3 anos aos 6 anos);
- 4- Indústria versus Inferioridade (dos 6 anos aos 12 anos);
- 5- Identidade versus Confusão de Papeis (dos 12 anos aos 20 anos);
- 6- Intimidade versus Isolamento (dos 20 anos aos 30 anos);
- 7- Generatividade versus Estagnação (dos 30 anos aos 60 anos);
- 8- Integridade versus Desespero (a partir dos 65 anos);

Em cada fase, o indivíduo é confrontado com duas opções. O modo como cada um nós resolve cada crise, ao longo dos diferentes estádios, irá condicionar a capacidade para resolver as situações de conflito que nos surgem ao longo da vida. Superar uma crise “ajuda a determinar e a promover forças para ser bem-sucedido no estádio seguinte” (Sprinthall, N. e Sprinthall, R., 1993), sendo que estas devem ser encaradas como um “ponto decisivo e necessário, um momento crucial”. As crises apontadas por Erikson, funcionam então como impulsionadoras do processo de desenvolvimento, e criação da identidade.

Segundo o autor a diferenciação da identidade de cada um está especialmente relacionada com o 5º estádio, que ocorre durante a

adolescência. Nesta fase, o jovem adolescente pode desenvolver um forte sentido de “self”, relevando este factor para a fomentação da identidade positiva, ou por outro lado poderá ficar preso entre o que quer ser e que papéis irá representar na sua vida. Erikson teoriza que jovens com pouco ou nenhum sentido de “self” e de pertença a algo, são especialmente susceptíveis de desenvolver uma identidade negativa, e consequentemente se associarem a movimentos, ou actos socialmente reprimidos, de forma a “confirmarem a sua identidade negativa e consequentemente as suas expectativas limitadas quanto ao “self” (Erikson, 1976).

Assumindo que existem um conjunto de factores que influenciam o caminho seguido em cada “crise”, a família, a socialização e outros factores de ordem social, que de forma integrada com as necessidades internas do sujeito, constituem-se de extrema relevância para o desenvolvimento de uma personalidade bem ajustada. O estudo das necessidades de cada individuo é bem ilustrado na teoria da hierarquia das necessidades de Abraham Maslow (Arena & Arrigo, 2006)

Maslow organiza as necessidades humanas em cinco categorias hierarquizadas (psicofisiológicas; segurança; amor e pertença; estima; realização), ou seja, desta forma pretende ilustrar que apenas se pode avançar de nível, se as necessidades do nível em que se está estejam suplantadas. Erikson considerava a identidade positiva como uma necessidade psicológica que precisa ser satisfeita, para desta forma a personalidade seguir um sentido de desenvolvimento saudável.

Vários estudos foram realizados no âmbito da investigação no terrorismo (Crenshaw, 1986; Bölinger, 1981; Knutson, 1981; Post, 1984, 1990) tendo como ponto de partida a ideia de que os indivíduos que optam pela via do terror, falham no desenvolvimento de uma identidade positiva, pautando a sua personalidade por lacunas estruturais que resultam na incapacidade de desenvolver relações sociais saudáveis, bem como uma visão distorcida e polarizada da sociedade e do Mundo.

Bölinger (1981)³⁴ indica que o terrorista, por norma, não consegue incorporar traços como a confiança, autonomia e iniciativa nas suas personalidades. A falta de autonomia conduz ao desenvolvimento de tendências destrutivas, bem como insegurança, e constantes tentativas de reestruturar a sua personalidade em conformidade com a necessidade de suplantar sentimentos de inferioridade, inadaptação e inutilidade social. O autor especula que estes resultados são o produto de um excessivo controlo e falta de afecto por parte das figuras de autoridade durante os primeiros estádios de desenvolvimento, sendo normalmente atribuída essa figuração aos pais. O resultado confirma que crianças que crescem em ambientes conflituosos e em constante luta com as figuras de autoridade, tendem a desenvolver uma percepção de oposição vs. subjugação com as figuras de autoridade sociais, tornando a sua vida numa constante resistência ao conformismo social (Bölinger, 1981)

³⁴ Os estudos de Bölinger incidiram sobre 250 terroristas alemães que se encontravam detidos, aquando do estudo.

Se analisarmos estes dados à luz da teoria de Erikson podemos compreender que a revolta que um indivíduo sente, quando não é ajudado no desenvolvimento da iniciativa, conduz ao aparecimento de sentimentos de culpa, posteriormente projectados na figura de autoridade. Esta ideia pode ajudar a explicar o auto-sacrifício que a via do terrorismo exige. Ainda em conformidade com os estudos realizados, a resolução negativa da crise de iniciativa, tende a criar sentimentos de suspeita, dúvida, vergonha, inferioridade e incompetência. Estes indivíduos chegam à puberdade e enfrentam a crise de identidade, já com vincadas lacunas e perigosos traços associados à sua personalidade, que conjugados com um fundo político e social favorável, podem conduzir rapidamente à formação da identidade negativa apontada por Erikson (Crenshaw,1986;1998). Neste sentido a procura de aderir a um grupo desviante com as características dos grupos terroristas, não será mais que a procura de criar identidades positivas para si mesmo. Ao entrarem num grupo, adoptam para si a identidade colectiva, que no caso indicado, suporta sentimentos que são comuns a este tipo de pessoas, como raiva, desprezo pela figura de autoridade e pela sociedade que “não os integraram”. No estágio da formação de identidade, os indivíduos procuram atribuir sentido à sua vida bem como desenvolver sentimentos de pertença ou como Erikson indica “fidelidade”, a necessidade de ter fé em alguma coisa exterior a si mesmo, bem como a confiança em si, e percebe a pelos outros, na capacidade de o indivíduo ser útil à sociedade. Neste sentido as ideologias assumem-se como guardiãs da identidade (Crenshaw, 1986). Podemos então reflectir que os grupos desviantes e marginalizados, utilizam a necessidade de fé, bem como a vontade de pertença a algo e de mostrar utilidade que o adolescente suporta consigo. A crise de identidade torna alguns adolescentes muito susceptíveis a identidades colectivas totalitaristas. Este dogma providência ao indivíduo a oportunidade de descobrirem a sua identidade dentro de um grupo. Desta forma, a identidade do grupo torna-se a identidade individual, além disso, o grupo oferece aos seus membros, apoiado na sua ideologia, uma explicação para o sentimento de revolta individual, bem como uma possibilidade de desenvolver um futuro melhor do que aquele que está associado à marginalização social e pessoal que lhe foi inculcada.

Ainda no seguimento desta linha de pensamento, Post (1984) argumenta que a agressividade fanática associada ao movimento terrorista está intimamente relacionada com a necessidade de pertença, que se observa na capacidade do indivíduo desenvolver uma identidade estável, pela actuação dos mecanismos de defesa, com especial importância para o de cissão e deste forma ser um consigo mesmo e com a sociedade.

O autor ainda descreve que em indivíduos cujo mecanismo de pertença assume a forma apontada, a fonte de todos os problemas do indivíduo é projectada na identidade da sociedade, e nesse sentido, a resolução de todos os seus problemas passa pela destruição da fonte dos mesmos. A solidão, e alienação social, gera a automarginalização, resultando na procura de aceitação, de pertença e de alguém que partilhe o mesmo sentimento que ele. Quando acontece a entrada destes indivíduos num grupo

terrorista, o sentimento gerado pela aceitação percebida, e ligação psicoemocional com os restantes membros do grupo, cria entrega ideológica de largas dimensões associada à necessidade de preservar a todo o custo esta sensação (op. cit.). Neste sentido, podemos sistematizar que, a violência política é movida pela combinação de forças internas com as dinâmicas organizacionais típicas de cada grupo. Se combinarmos esta análise com os conceitos da psicologia social, o extremismo militante pode ser entendido como a procura de identidade, e de consolidar a personalidade pouco cristalizada, que alguns indivíduos apresentam, associada a resolução das necessidades sociais de pertença, e de crença por algo ou alguém, para que desta forma o individuo se torne um com ele mesmo e com a sociedade, que até então o marginalizou e lhe apresentou uma visão negativa dos outros e para com os outros. Assim sendo, importa reflectir sobre a importância da identidade social no estudo do terrorismo.

2.3.3 A identidade social e o terrorismo

A identidade social é “a representação que um indivíduo dá a si mesmo por pertencer a um grupo” (Tajfel citado por Whetten, D. e Godfrey, P., 1998). Nesse sentido, podemos considerar a identidade social como o resultado da interacção dos mecanismos psicológicos e dos factores sociais. Trata-se então de um processo social dinâmico, em contínua evolução, que se constrói por semelhança e oposição.

A identidade de um grupo repousa numa representação social, construída, sobre a qual uma colectividade toma consciência da sua unidade pela diferenciação dos outros (Dubar, 1996), derivando esse facto do imaginário social criado no seio do grupo. Dessa forma, a identidade social é constituída não somente pela representação que o indivíduo faz dele mesmo no seu ambiente social, numa análise a diferentes grupos a que ele pertence, mas também aos grupos de oposição, aos quais ele não pertence, na medida em que a identidade é guiada pela necessidade do individuo entender o seu papel no mundo, assim como pela necessidade de se relacionar a grupos sociais (Asforth e Mael, 1989). Pertencer a um grupo representa para o indivíduo uma possibilidade de redução da incerteza subjectiva (Hogg & Terry, 2000), pois o significado emocional implícito na relação entre ele e o grupo constitui, para o sujeito, um estímulo afectivo, na medida em que se sente parte integrante do grupo. Não só o sentimento de pertença, mas também a autopercepção como membro do grupo, são as bases requeridas para a identificação social, que de certa forma, está associada à orientação para a acção, compatível com a sua participação no grupo (Arena e Arrigo, 2006).

A representação de um grupo é comum, porque deriva de experiências vividas em conjunto e de saberes comuns. Neste sentido as crenças constituem a característica mental de um grupo e exprimem a experiência comum dos seus membros. Elas orientam a escolha dos meios e dos fins para as suas acções particulares e servem de critério para avaliar os acontecimentos. Contribuem também para estabelecer as fronteiras simbólicas do grupo, e consolidam a unidade do grupo, a qual é também

definida por elementos como o tamanho e a diversidade. É por meio do interaccionismo que os indivíduos atribuem um significado simbólico a objectos, comportamentos, pessoas e outros grupos, que é desenvolvido e transmitido através da interacção entre os membros do grupo, que assegura a sua coesão (Howard, 2000). Dessa forma, o grupo constitui a imagem de uma totalidade unificada. A identidade social resulta da sua unidade no processo de identificação e distinção, pela qual cada grupo procura criar a sua coesão e marcar a sua posição em relação a outros grupos. Neste sentido, os indivíduos procuram manter uma identidade social positiva, que deriva da comparação positiva que o indivíduo faz dos grupos aos quais se vincula (Tajfel e Turner, 1986).

Contudo a identidade social não é apenas constituída por traços positivos que o indivíduo assinala nos grupos (Ruano-Borbalan, 1998). Estes caracterizam a identidade negativa, projectada sobre o outro (o inimigo, o estrangeiro, o opositor, etc.) “o que permite purificar, unificar e confortar a comunidade, evitando os elementos que ameaçam a sua coesão social” (Ruano-Borbalan, 1998). Desta forma as formas de contestação marcadas pela violência podem acompanhar certos casos de afirmação identitária. Unidos sobre o mesmo fundamento, os indivíduos procuram a sua contextualização no tempo e no espaço, procurando fortalecer as suas identidades. Assim sendo podemos afirmar, que as manifestações associadas ao fenómeno terrorista processam-se num dado contexto de construção da identidade social, que no fundo está em constante construção e desconstrução.

Em suma, o conceito de identidade social articula o processo cognitivo de categorização e vinculação social e pode ser identificado como a estrutura psicológica que realiza a ligação entre o indivíduo e o grupo, podendo ajudar a explicar os sistemas de manutenção de um indivíduo num grupo terrorista, mesmo observando que as acções do grupo poderão ser moralmente contestadas.

2.4 Factores que conduzem ao aparecimento de organizações terroristas

Como já foi referido, o terrorismo representa a modalidade de luta subversiva, podendo ter um vasto leque de orientações ideológicas, e podendo ser associado a motivações de génese, política, religiosa e nacionalista.

Também já analisámos os factores individuais, que poderão estar associados ao desenvolvimento de uma ligação a actividades terroristas, e como referido, estes não operam de forma isolada no indivíduo, existem diversos factores de ordem sociocultural que directa ou indirectamente propiciam e facilitam as actividades subversivas.

Em oposição com os outros fenómenos de violência colectiva, que não-raras as vezes emergem de forma espontânea, o despoletar das associações terroristas deriva de um complexo e gradual processo de desenvolvimento.

Assumindo uma posição de relevo, os contextos social e político de um país e/ou região, influenciam e interferem decisivamente nas formação de movimentos subversivos. Na verdade as contingências geradas no seio desses contextos são os principais factores que, se não originam, no mínimo criam possibilidades de realização de campanhas terroristas (Sprinzack, 1990, Crenshaw, 1995). Contudo não podemos de todo assumir qualquer relação entre o contexto económico e o fenómeno terrorista. A investigação confirma, que a relação entre a pobreza e o terrorismo é muito fraca. Por norma, as associações terroristas emergem no seio da classe média e média alta, dispondo de uma plataforma educacional e socioeconómica estável. Em regra, os grupos sociais com menos poder económico, optam por formas de violência política mais simples (Bjorgo, 2005), como os motins e as guerras civis. Não podemos descuidar que o terrorismo, para além de uma organização bastante complexa, é desenvolvido numa base ideológica que suplanta meras questões económicas. Os dados indicam que não é nos países mais pobres, que se observa o maior índice de actuação terrorista, pelo contrário emerge em contextos caracterizados por uma rápida modernização e desenvolvimento tecnológico (op. cit.).

Enquanto modalidade de luta política, o fenómeno terrorista, pode ser qualificado como extensão de oposicionismo político, com carácter mais radical e violento (Gurr, 1990; Sprinzack, 1990). Na generalidade dos sistemas sociais, as campanhas subversivas ocorrem na sequência da inoperância e fracasso de meios convencionais de contestação política (Crenshaw, 1995; McCauley & Segal, 1987). Muitas das formas de terrorismo doméstico derivam da ineficácia da aplicação das leis dos direitos civis e pelas lacunas existentes na democracia (Gupta 2001; Schmid, 1988). A relação entre a forma de governo e a violência política reflecte-se num gráfico do tipo “U”, ou seja, meios muito democráticos ou por outro lado muito totalitários, apresentam níveis bastante baixos de manifestações violentas de oposicionismo político, enquanto por outro lado, meios onde são apresentado níveis moderados de intervenção governamental na vida dos seus elementos, operando no referencial em que os extremos são pautados pela inactividade face às contestações e pela excessiva repressão das mesmas, estes tendem a actuar como combustível para o nascimento de formas de contestação mais violentas, por um lado pela inactividade que transmite falta de capacidade de gestão, por outro pela actuação totalitária que gera contestação no meio democrático. (Barra da Costa, 2007; Bjorgo, 2005; Gupta, 2001).

Em relação ao processo de formação de organizações terroristas, Sprinzack (1990) refere algumas particularidades, baseado no estudo da organização norte-americana *Weatherman*³⁵.

³⁵ Fundada em 1969, nasceu devido ao afastamento ideológico de um grupo de indivíduos pertencentes a um movimento de estudantes universitários, que contestavam as políticas externas do governo norte-americano, especialmente a campanha militar no Vietname. Orientados por teses anarcotrotskistas, depressa enveredaram pela violência movida para abalar as bases da sociedade e despoletar uma revolução político-social (Nascimento, 2002; Sprinzack, 1990)

O autor identificou três momentos-chave nos períodos embrionários das organizações terroristas: inicialmente assiste-se à crescente e progressiva instauração de um clima geral de descontentamento entre a população civil face a determinadas políticas e medidas adoptadas pelas autoridades governamentais; depois e perante a inflexibilidade manifestada pelo poder político, estão reunidas as condições para a emergência de movimentos sociais de contestação, que através de campanhas e demonstrações públicas de protesto, pressionam os governos a reconsiderar; por último, e nos casos em que todas as tentativas prévias não obtiveram resultados, determinados grupos menos conformistas enveredam pela luta armada (Sprinzack, 1990).

Analisando tais asserções, certamente genéricas e hipotéticas mas simultaneamente plausíveis é possível apontar a sensibilidade e o sentido das reacções dos Estados quando confrontados com as exigências das contexturas societárias como um factor determinante no aparecimento de movimentos subversivos.

A este respeito, parece-nos pertinente mencionar que foram as medidas adoptadas pelo regime franquista, ainda na década de sessenta, as principais responsáveis pela emergência da ETA na agenda política espanhola, medidas que, como é clássico nos regimes autocráticos, foram pautadas pela supressão total de quaisquer expressões e manifestações da cultura basca, até então existentes naturalmente na sociedade espanhola, em nome de interesses nacionalistas (Shabad & Ramo, 1995 citado por Nascimento, 2001).

Neste sentido, é legítimo afirmar que, não obstante o carácter violento que caracteriza as organizações terroristas, ao nível dos motivos que orientam tais grupos, é visível que, de certa forma, traduzem reais aspirações de parte da população, aproximação esta que se torna manifestamente mais evidente no seio dos movimentos separatistas.

Contudo outros factores interferem no desenvolvimento de organizações terroristas, que não devem ser ignorados.

Desde logo, a reiterada ideia de que o terrorismo representa a arma dos fracos, encerra em si um elemento preponderante na opção pelo terrorismo: o reduzido número de indivíduos e a fraca capacidade e recursos para mobilizar massas. De facto, a instrumentalização de estratégias desta natureza revela-se capaz de suprir tais insuficiências, proporcionando aos indivíduos, uma alternativa para prosseguir os seus objectivos. Ao atacar o “lado mais vulnerável” do inimigo, como por exemplo os alvos civis, o terrorismo oferece a possibilidade de alcançar um elevado impacto político, utilizando um número limitado de recursos (Bjorgo, 2005).

A um outro nível, os antecedentes históricos de violência política, guerras civis, revoluções e campanhas terroristas realizadas no passado posicionam-se igualmente como um relevante factor de influência. Não apenas no sentido em que representam exemplos a seguir, mas também como acréscimo de alento e motivação (especialmente aquelas que obtiveram sucesso para a sua causa), como ainda se revelam como excepcionais fontes de conhecimento estratégico e operacional que,

consoante a capacidade de assimilação poderão contribuir para ampliar a eficiência (Ahmed, 2005; Post, 200; Nascimento, 2001).

A experiência de discriminação étnica, racial e religiosa associado à falha do Estado em integrar diásporas são talvez os principais factores na formação do terrorismo etno-religioso. Quando as minorias são sistematicamente privadas dos seus direitos de oportunidades sociais e económicas, conjugadas com a obstrução a expressão da sua identidade cultural (língua, religião, vestuário, etc.), pode conduzir a um levantar de movimentos contestatórios que poderão facilmente conduzir à criação de movimentos terroristas, ou outras formas de violência (Ahmed, 2005; Reinales, 1996).

Em suma, a constituição de organizações terroristas resulta de processos conscientes de tomada de decisão, em que as vantagens e eventuais desvantagens inerentes a essas modalidades de luta política são poderadas (Crenshaw, 1995). Conjugadas com diversos factores e circunstâncias, as características e particularidades dos indivíduos, representam forças que directa ou indirectamente interferem no sentido e direcção das deliberações.

2.5 Elementos estruturais, organizacionais e operacionais das associações terroristas

Como entidades que suportam vários indivíduos, as organizações terroristas adquirem o estatuto de grupos sociais. Grupos desviantes e criminosos, com certeza, mas simultaneamente detentores de quadros estruturais perfeitamente definidos, de identidade própria, com actividades que se repercutem no tecido social (Nascimento, 2002). No fundo trata-se de um conjunto de indivíduos reunidos em torno de uma causa que interagem e mantêm relações de interdependência, para a procura de realização de objectivos previamente definidos, característica que na óptica da Psicologia Social lhes permite atribuir o título de grupo social (Tajfel, 1982).

Quando abordamos a estrutura de organizações deste género, importa desde logo diferenciar os tipos de sistema dominantes: o tradicional sistema de células e um outro tipo denominado *Leaderless Resistance* (Nascimento, 2002; Andrade, 1999).

Ambos os sistemas acarretam vantagens e desvantagens, bem como modelos de organização específicos, sendo que por vezes podem ser utilizados em simultâneo, como iremos ver de seguida.

Em primeiro lugar, o sistema de células corresponde ao modelo estrutural mais antigo e mais comum.

De acordo com o modelo, os grupos terroristas caracterizam-se pela sua pequena dimensão³⁶, localizados em ambiente urbano, constituídos por indivíduos que procuram passar despercebidos no meio onde se inserem,

³⁶ A generalidade das organizações terroristas actualmente em actividade, integram um número reduzido de indivíduos, salvaguardadas eventuais excepções, não mais de duas ou três centenas (Nascimento, 2002 cit. US Department of State, 1999)

muitas das vezes aparentando estarem socialmente integrados, com um emprego seguro levando vidas aparentemente normais. Assim aconteceu, por exemplo, com os 19 suicidas dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, ou com os três suicidas nos atentados de 7 de Julho em Londres³⁷.

Estes grupos subdividem-se em várias células (ou subgrupos), compostas por um número muito reduzido de elementos, normalmente menos de uma dezena, que actuam quase sempre independentemente umas das outras, embora coordenadas por uma direcção central, que além de tomar as principais decisões, garante os apoios logísticos (armas, financiamento, equipamento, *intel*, etc.) indispensáveis para as acções.

Esta modalidade organizacional assenta em pressupostos hierárquicos perfeitamente estabelecidos e pouco flexíveis. No fundo, as orientações estratégicas emanam de núcleos directivos, chegando ao conhecimento dos operacionais através das vias de comunicação preestabelecidas (Nascimento, 2002). A fim de dificultar ao máximo a acção das forças policiais, limitando a valia de informações obtidas de possíveis infiltrados, ou de operacionais capturados, as vias de comunicação apenas são conhecidas por um elemento dentro de cada célula, a que lhe é atribuído o estatuto de líder, o qual, porém, assim como os outros, não conhece nem a localização das outras células, nem a identidade dos que as constituem (Martins, 2010).

É evidente então qual a principal vantagem deste método: ao limitar ao máximo o contacto entre os elementos terroristas, reduz-se drasticamente a hipótese de existir qualquer tipo de fuga de informação, ou delação. Por outro lado, ao limitar a autonomia das células, o controlo militar terrorista detém um maior controlo sobre os seus operacionais, garantindo assim uma maior eficácia em conformidade com os objectivos das linhas hierárquicas superiores.

A principal desvantagem traduz-se no afastamento efectivo entre a organização e a sociedade. Ou seja, neste sistema subentende-se que a organização se envolva de um maior “secretismo” resultando num fechar da organização sobre si mesma (Nascimento, 2002), o que dificulta a realização de actividades que visam a mobilização das massas e, por consequência, limita a oportunidade de recrutar novos elementos para a causa.

O desenvolvimento do terrorismo internacional veio acrescentar um nível superior de organização, consistindo na ligação, não apenas pontual, episódica, mas mais ou menos continuada, de organizações terroristas de mais de um país, entre si. O modelo de *Leaderless Resistance* foi

³⁷ John Cloud (2005) escreve “ (...) é estimado que existam entre 10,000 e 15,000 muçulmanos nascidos na Grã – Bretanha que suportam a Al- Qaeda e outros grupos similares (...) Estes são jovens que nasceram e cresceram na Europa. Eles são Europeus normais; Actuam como Europeus normais; e suportam em si este sentimento de revolta e raiva, bem como a necessidade de fazer algo para mudar isso.”

originalmente adoptado pela organização *Brüder Schweigen*³⁸, verificando-se actualmente em grupos como o HAMAS, HIZBALLAH e a Al-Qaeda.

Apresentando várias semelhanças com o modelo anterior, as principais especificidades deste sistema prendem-se com questões de dinâmica operacional.

Por oposição ao sistema de células, este conceito estrutural confere uma maior autonomia às unidades operacionais, contribuindo assim para a descentralização dos processos de tomada de decisão o que, por conseguinte, se traduz numa maior capacidade e rapidez de acção (Andrade, 1999). No entanto a eficácia do modelo depende essencialmente da existência de pressupostos ideológicos relativamente aos quais todos os militantes devem orientar as condutas (Nascimento, 2002 cit. Arquilla, Ronfeld & Zanini, 1999). Assistimos então à transformação de uma organização de comando e controle numa filosofia que, de certa forma, serve de inspiração para a criação de outras organizações e células terroristas. Podemos mesmo dizer que este sistema conduz à criação de uma “rede de redes “ impulsionada pela capacidade que as novas tecnologias, como a internet, suportam quando falamos em rapidez e abrangência de transmissão de uma mensagem, ideia, ou informação (Wilkinson, 2006).

Neste sentido, os principais benefícios deste padrão organizacional observam-se pela sua flexibilidade e ausência de estrutura formal permitindo-lhe adaptar-se e sobreviver independentemente das pesadas baixas sofridas na guerra contra o terror (Martins, 2010).

Não obstante, o esforço acrescido para criar as condições de funcionalidades eficaz a este tipo de estrutura reflecte-se no risco acrescido, para os dirigentes, de perderem o controlo sob as unidades operacionais.

Apresentadas as características centrais dos modelos estruturais, importa também referir que à semelhança das demais, dita normais, organizações, as associações terroristas necessitam de um conjunto de recursos humanos com diferentes competências e especialidades técnicas. Desta forma é lícito afirmar que no seio das organizações terroristas, nem todos são efectivamente operacionais numa acção violenta, existem uma multiplicidade de papeis e funções, que lembra os sistemas burocráticos clássicos das organizações públicas. Tarefas de recolha e tratamento de informação, angariação de fundos, mobilização de apoio, recrutamento de novos militantes, representação da fachada política, gestão dos recursos, são apenas alguns exemplos.

³⁸ Organização nacionalista norte-americana, criada em 1983. Os seus objectivos eram pautados pela consciencialização dos restantes norte-americanos para o dever moral de combater o Governo Federal, que segundo eles, representava apenas os interesses dos grupos sionistas. Realizaram vários assaltos a camiões de transportes de valores, e algumas acções violentas, destacando-se a realização de um atentado à bomba contra uma sinagoga em 1984 e o assassinato de um jornalista judeu a 18 de Junho do mesmo ano (Andrade, 1999).

2.6 A dinâmica das organizações terroristas

Para uma correcta análise da complexa dinâmica das organizações terroristas, na nossa óptica importa dirigir algumas observações ao conceito de ideologia, tantas vezes abordado quando se fala no contexto do terrorismo.

O conceito de ideologia pode ser entendido como um sistema de representações, partilhadas por um ou vários grupos, formados por determinadas crenças, valores e imagens respeitantes às percepções e aspirações relativamente à natureza e funcionamento das sociedades (Moscovici, 1961; Kernberg, 1998).

Se observarmos as ideologias político-sociais ocidentais, estas remetem essencialmente para um mesmo conjunto de valores, que regem a sociedade, assentes fundamentalmente nos princípios democráticos e humanistas que promovem a liberdade, igualdade e fraternidade. Comparativamente, as doutrinas ideológicas que orientam determinados grupos desviantes, como é o caso das associações terroristas, estes não divergem tanto nos princípios latentes, mas sim nos meios instrumentalizados que utilizam para os alcançar. É nesta linha de entendimento que observamos a raiz dos imperativos ideológicos terroristas: criar, fomentar e disseminar a violência e o terror como forma de obrigar a mudanças nas linhas de poder social.

Se analisarmos o pensamento grupal inerente a este tipo de organizações, depressa nos deparamos que funcionam em registos reducionistas e sectários que operam divisões maniqueístas dos contextos sociais em termos de “bem” (endogrupo) e do “mal” (exogrupo). Podemos observar, por exemplo nos comunicados emitidos por estas organizações, que claramente se nota a existência de percepções enviesadas da realidade exterior, que serve de base às doutrinas directoras (McCauley & Segal, 1987; Post, 1986).

No quadro da análise psicossocial deste fenómeno, tais imperativos ideológicos reflectem similaridades com os mecanismos de categorização e atribuição causal, que estão na origem da formação dos preconceitos e estereótipos negativos (Tajfel, 1982; Monteiro, 1996). Esta situação deriva essencialmente da ideia que ao julgarmos o endogrupo e o exogrupo, vemos-nos também como membros do endogrupo, ou seja não adoptamos uma posição neutra em relação ao julgamento. Isto significa que, em muitas situações nos auto-estereotipamos, ou seja, tomamos para nós as características que julgamos partilhar com os membros no nosso grupo, e negligenciamos as características que nos tronam individuais e únicos em relação aos outros (Marques & Paéz, 2004). Desta forma e, em estreita conexão com o grupo de pertença, os indivíduos pertencentes a um grupo terrorista aplicam de forma generalizada características e atributos pejorativos a todos os representantes de outros grupos sociais, características essas que não têm necessariamente de fazer parte da realidade cognitiva dos sujeitos, mas que poderão meramente resultar da atribuição conferida pelos líderes do grupo, em conjugação com as características sociais que lhe são familiares. Os estereótipos sociais, quando aplicados ao estudo do

terrorismo, constituem então, nesta perspectiva, formas específicas de organização subjectiva da realidade social, reguladas pelos mecanismos sociocognitivos que permitem compreender a sua incidência e resistência nas interações sociais (Amâncio, 2004).

Apresentadas as principais características das ideologias subversivas propomo-nos a explorar o grau de influência que exercem no funcionamento das organizações terroristas.

Os mecanismos de coesão e conformismo para com as normas e valores do grupo, são de extrema importância para a execução eficaz das tarefas e objectivos de qualquer organização (Jesuino, 2004), sendo que os contextos terroristas não são excepção.

Perante a grande variedade étnica, social política e cultural que o fenómeno terrorista apresenta, revela-se surpreendente a similaridade das táticas e acções desenvolvidas pelas diferentes organizações que operam no meio terrorista (Nascimento, 2002), podemos mesmo afirmar que o total empenhamento e dedicação dos indivíduos da prossecução dos objectivos que os movem, representa mesmo a imagem de marca do fenómeno terrorista (Crenshaw, 1995; Post, 1990).

Neste sentido quanto à interiorização dos valores ideológicos no meio terrorista, é plausível afirmar que a sua origem e desenvolvimento se encontram intimamente relacionados com um importante fenómeno da dinâmica das organizações terroristas: o processo de afiliação.

Como todas as organizações, as associações terroristas necessitam de garantir a sua manutenção e continuidade, para isso é imperativo que consigam recrutar e manter novos membros para a sua causa. Contudo a qualificação de entidade ilegal e como tal o estatuto de clandestinidade que lhe é associado, este processo assume ainda maior relevância, não só pela dificuldade que a organização têm em se dar a conhecer, mas pelos elevados riscos que um novo elemento comporta consigo, não só a nível de segurança, mas também ideológico.

Para se protegerem, as organizações terroristas, recorrem a mecanismos específicos de recrutamento, na tentativa de minimizarem os perigos latentes.

A este respeito vários autores (Clark, 1983; McCauley & Segal, 1987; Taylor & Quayle, 1994; Shabad & Remo, 1995) observaram padrões similares no recrutamento e afiliação terrorista, que, na generalidade obedecem a processos faseados que se prologam por vários meses.

No geral, esses processos iniciam-se através do estabelecimento de contactos prévios com potenciais militantes. Nos casos em que esses indivíduos manifestem interesse e as organizações lhes reconheçam as qualidades e características necessárias, são iniciados os processos de aproximação e formação dos novos elementos. Uma das principais especificidades, e não muito diferentes de um processo de recrutamento de uma organização comum, consiste na atribuição de tarefas aos candidatos com níveis de complexidade e exigência crescentes autores (Clark, 1983; McCauley & Segal, 1987; Taylor & Quayle, 1994; Shabad & Remo, 1995). A grande diferença consiste que em simultâneo os recruta recebem

formação nas práticas terroristas (técnicas de recolha de informação, falsificação de documentos, manuseamento de armas de fogo, etc.) da mesma forma que são iniciados na aprendizagem das doutrinas ideológicas que sustentam os movimentos. Desta forma ao executarem tarefas ditas criminosas, os novos elementos também ficam cada vez mais dependentes da organização, pelo contrabalançar do afastamento das normas sociais, e consequente marginalização dos seus actos (Clark, 1983, McCauley & Segal, 1987, Taylor & Quayle, 1994; Hoffman, 1998; Laqueur, 1999).

Perante esta análise, é possível identificar, desde logo, um dos principais objectivos do processo: estabelecer uma esfera relacional pautada pela obediência, dependência e conformismo para com a ideologia dos líderes da organização, que por norma, são classificados como sendo extremamente carismáticos, inteligentes e bem-sucedidos nas suas acções.

Na realidade, diversos autores (Clark, 1983, McCauley & Segal, 1987, Taylor & Quayle, 1994; Hoffman, 1998; Laqueur, 1999) descrevem semelhantes contextos intergrupais determinados por critérios disciplinares extremamente rígidos e autoritários, que não admitem qualquer tipo de contestação.

Por outras palavras, falamos de contextos em que o facto de se questionar as opções estratégico-operacionais, desencadeia reacções de desagrado e condenação da maioria dos correligionários, que as interpretam como manifestação da rebelião e traição à causa. Estes processos estão intimamente relacionados com processos como o efeito da ovelha negra (Marques & Paéz, 2004). Nesta perspectiva, e muito observada no seio das organizações terroristas, existem uma maior diferenciação dos “maus” e dos “bons” dentro do endogrupo, quando comparado com o mesmo em relação ao exogrupo. Isto pode ser visto como uma manifestação do efeito de homogeneidade do exogrupo, “são todos maus, e temos que destruí-los”. (Marques & Paéz, 2004). Devido a ligação emocional e à necessidade da preservação da identidade social positiva dentro da organização terrorista, quando um qualquer elemento actua contra as normas, ou questiona os valores do mesmo, essas acções são simbolicamente avaliadas com maior rigidez para com o indivíduo.

A título de exemplo, podemos referir um incidente ocorrido entre um jovem operacional e o líder da RAF: no decorrer de uma reunião em que se acertava os detalhes finais de um atentado, o indivíduo, ao ser confrontado com a probabilidade de tal acção vitimar pessoas inocentes, questionou a legitimidade ideológica e moral do acto. Como resposta o líder ameaçou expulsá-lo se tal comportamento se repetisse (Hoffman, 1999; Post, 1986;).

Parece-nos então lícito afirmar que as organizações terroristas são pautadas pela existência de fortes pressões para se determinarem em conformidade com o quadro normativo da organização.

O carácter rígido e autoritário das normas de conduta pode ser entendido como forma de manter a identidade social das organizações, nomeadamente impedindo que surjam situações de contestação e eventual divisão nos contextos intergrupais.

Por outro lado, os contextos autoritários conferem aos indivíduos maior disposição para perpetuar as actividades de violência, na medida em que a responsabilidade assume carácter colectivo, remetendo o fenómeno para a difusão de responsabilidade que se caracteriza pela repartição da autoria dos comportamentos efectuados, e assim, a responsabilidade, e o peso moral da acção, não recai sobre alguém em particular (Milgram, 1974; Jesuino, 1996).

Contudo a dinâmica das organizações terroristas remete totalmente para um fim, o alcance dos objectivos à qual se propõem.

À semelhança do entendimento de McCauley & Segal (1987) integramos este preposito em duas categorias distintas: os objectivos a longo prazo que concerne a tão desejada revolução social; e os objectivos a médio e curto prazo, que se prendem essencialmente com a satisfação das exigências inerentes à manutenção das campanhas terroristas, e de certa forma, conferem dinâmica e motivação aos elementos da organização para alcançar o objectivo final.

Mas se a História revela que, na sua maioria, os movimentos subversivos falham em alcançar os propósitos fundamentais, o mesmo não se pode dizer em relação aos objectivos a médio e curto prazo (McCauley & Segal, 1987). De facto as campanhas terroristas têm demonstrado sucesso para interferirem no normal funcionamento dos sistemas sociais. Conscientes das enormes probabilidades de falharem na concretização das alegadas revoluções e reformas político-sociais, já para não mencionar os riscos que esses padrões de vida implicam, importa reflectir sobre as reais aspirações que determinam as actividades em que se envolvem estes grupos.

No nosso entendimento, e como podemos ver na análise psicológica do terrorista, tais questões são indissociáveis da ambicionada obtenção de poder e notoriedade social, visto que no fundo falamos de grupos que procuram a atenção e reconhecimento no meio em que inserem (Ventura, 1999). Neste perspectiva, não é descabido considerar que na generalidade dos grupos terroristas, o principal intuito passa somente por obter e preservar estatuto e identidade social, na medida em que a capacidade para atingir, destabilizar e condicionar o funcionamento da sociedade, confere inevitavelmente representações internas de poder e onipotência, característica que esta em linha com os estudo realizados sobre a personalidade do terrorista e a relação com a figura de autoridade, como vimos anteriormente.

Ao mesmo tempo que traduzem manifestações de força e determinação, os atentados terroristas concorrem para a inibição de eventuais conflitos internos, na medida em que facultam aos indivíduos, escapes para as suas tensões emocionais, muitas vezes geradas no seio do próprio fenómeno.

No fundo, e em forma de síntese, a lógica de raciocínio seguida em relação à construção da organização terrorista, enfatiza a questão que as necessidades individuais, associadas a fortes estímulos grupais podem ser consideradas como as principais fontes, em detrimento da eventual valorização de proclamados intuítos de transformação político social.

III- As FP-25 de Abril – O fenómeno terrorista em português

3.1 Contextualização histórica e antecedentes

Diferente do que se verifica noutras partes do globo, a realidade portuguesa no que toca ao terrorismo é substancialmente reduzida tanto qualitativamente como quantitativamente.

A expressão terrorista em território nacional verifica-se apenas em escassos períodos da História, com um início e fim bem definidos, que de certa forma resultaram de intensas convulsões políticas e sociais (Nascimento, 2002). As primeiras acções de natureza terrorista, devidamente identificadas (excluimos aqui os movimentos de guerrilha aquando das invasões francesas), remontam a 1844 com o nascimento da Carbonaria Portuguesa, organização próxima ideologicamente à Maçonaria com um *modus operandi* mais radical, que assumiu um papel de destaque na instauração da 1ª República e protagonizou uma série de atentados bombistas contra os opositores do novo regime. Foi desactivada em meados de 1920 (Andrade, 1999).

A partir dos anos 70 desenvolveu-se uma corrente postulada sobre a utilização da força armada com o objectivo de levar o mais longe possível a representação instituída pelo marxismo-leninismo. Esta corrente, unida em redor de grupos armados, pretenderam recriar uma dinâmica de luta de classes através da acção directa, e de certa forma formalizar a única resposta encontrada no militantismo revolucionário (Barra da Costa, 2007). É o advento da Terceira Tempestade Terrorista, já analisada. É neste contexto que chega a luta armada subversiva a Portugal.

A partir de 1960, de uma forma voluntarista e em resultado da organização e estruturação de um grupo de elementos próximos de cariz antifascista e radical, de onde nasceria a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), fomentou-se uma dinâmica de luta armada que pretendeu romper com o reformismo instalado através da violência armada. Não tendo contudo cumprindo os seus objectivos, é no seio do LUAR que se criam as bases para o que viria a ser a luta armada, com recurso à violência extrema em Portugal. Após a ruptura dentro da organização alguns dos seus membros ingressam na reconstrução do Partido Comunista (PC) enquanto outros embarcam mais fundo na clandestinidade e criam as Brigadas Revolucionárias (BR), grupo armado que conferiu às suas acções uma visão abertamente anti-capitalista, pautado por uma forte componente ideológica de esquerda contudo diferente da difundida pelo PC. É neste sentido que o próprio Partido Comunista forma um grupo clandestino, que actua como uma célula armada, conhecido como Acção Revolucionária Armada (ARA). Desta forma não só o partido mantinha uma posição de relevo no panorama político de esquerda, mas também mostrava que “a disciplina estalinista também era capaz de pegar em armas, desde que orientada em consonância com os objectivos do partido” (Barra da Costa, 2007). Após alguns atentados bombistas contra alvos militares e industriais, este suspende a sua actividade, principalmente pelo sucesso da PIDE-DGS em identificar os seus membros activos. Após o 25 de Abril de 1974, revolução “pacífica” que marcou o fim

do regime ditatorial fascista, Portugal atravessou um período de fortes divergências políticas entre as diferentes alas da classe política, bem como um abertura social e cultural para o Mundo, tornando o país, até então fechado e deslocado das restantes modas ideológicas e políticas, permeável para um conjunto diverso de maneiras de estar na sociedade.

No panorama social, após o 25 de Abril viveram-se tempos conturbados, com inúmeras expropriações forçadas, nacionalizações e um crescimento generalizado da possibilidade do sonho marxista não ser apenas uma utopia, mas sim uma realidade. Efectivamente a duração destes tempos foi curta, em Novembro do mesmo ano, começam a surgir os primeiros esforços políticos para travar as transformações revolucionárias em curso, optando por dirigir o país em direcção ao modelo seguido pelas economias europeias. Observa-se um recu na reforma agrária (mais de 50% da população à data da revolução dos cravos, pertencia a este sector, bastante afectado pelas políticas de desenvolvimento industrial protagonizadas pelo regime no final da década de 60), com limites a serem impostos às expropriações, acabando mesmo por ser assumida uma política de favorecimento ao alargamento das antigas áreas dos latifundiários (Vilela, 2005).

A vaga de nacionalizações também conhece uma brusca travagem, tendo-se mesmo verificado a promulgação de legislação que revoga o regime de intervenção do Estado na gestão de empresas de capital privado. O objectivo prende-se essencialmente por promover uma economia mista que venha a restabelecer a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, numa economia muito debilitada e carenciada de capital (op. cit.). Destaca-se a reabertura da Bolsa de Valores de Lisboa em 1976 para obrigações e em 1977 para as acções, suportada com um conjunto de leis que delimita objectivamente os sectores da economia. No mesmo ano o primeiro-ministro Mário Soares apresenta a candidatura oficial de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Regulamentam-se algumas promessas da revolução como o direito à greve, a lei dos despedimentos e cria-se o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, cujo objectivo passa por evitar o círculo vicioso que se formou, com o aumento dos preços, a que se sucedem reivindicações sociais para conseqüente subida salarial, as quais acontecendo, levam a um aumento dos custos de produção que por sua vez empurram para uma nova subida dos preços. Este conjunto de posturas laborais em controvérsia com os objectivos políticos conduz a que no período de 1978/79 o Fundo Monetário Internacional intervenha na condução das políticas económicas, originando a desvalorização do escudo, a subida das taxas de juros, a fixação de tectos para o aumento salarial, a contenção de despesas públicas e a liberalização e aumento de preços de bens e serviços. Este apertar do cinto conduz inevitavelmente a convulsões sociais, marcadas pelo receio generalizado de um retrocesso a tempos ainda não muito distantes de opressão e fosso social³⁹, associado a uma

³⁹ Na opinião do sociólogo Boaventura Sousa Santos “ (...) se analisarmos a evolução do rendimento disponível e a sua composição nos últimos 15 anos, verificamos que a participação dos rendimentos salariais no rendimento nacional (ou seja a parte deste que foi distribuída em salários) teve um aumento dramático em 1974-76, para a partir daí, diminuir de

instabilidade política originada pelas sucessivas alterações de governo a que o país assiste (Barra da Costa, 2007).

Importa apresentar estes factos para melhor compreender a complexidade das mudanças que permitiram a permeabilidade social para o desenvolvimento que suportou o crescimento de facções extremistas, que assumiram a violência como o único meio para implementar e concretizar os princípios revolucionários. De entre essas organizações adquiriu especial relevo, pelos métodos utilizados, a Frente de União Popular/Forças Populares 25 de Abril, nascidas no seio das já referenciadas LUAR, BR, PRP e Organização Unitária dos Trabalhadores (OUT).

3.2 A emergência das FP-25 de Abril

As Forças Populares 25 de Abril acabaram por se servir do conflito e da expressão através da violência como o “único meio”, rápido e eficaz, para a concretização dos seus objectivos: “responder com violência revolucionária à violência repressiva da burguesia”; “impulsionar a organização do povo trabalhador a partir da burguesia”; e “enquadrar os alvos escolhidos nas áreas de conflitos sociais” (Barra da Costa, 2007). As suas acções obrigaram a sociedade portuguesa, por uma década, a viver um clima de insegurança, sentido essencialmente pela ala mais conservadora, a quem os “revolucionários” chamava de “burguesia imperialista”. O nascimento, assim dito, das FP-25 de Abril é pautado por dois momentos chave.

O primeiro ocorre em Abril de 1978 na Marinha Grande, onde se realiza um congresso secreto que junta organizações de extrema-esquerda, centenas de pessoas anónimas, entre elas um número muito elevado de estudantes universitários descontentes com o actual panorama social que o país atravessa, e incendiados pela “nova liberdade” associada a uma vontade de fazer algo para mudar o sistema. É igualmente neste congresso que se assiste ao retorno de Otelo Saraiva de Carvalho, uma das faces da revolução de Abril de 74, que desde logo assume um dos papéis de liderança nos novos movimentos radicais, contra o Estado que ajudou a criar. Deste congresso resulta uma disseminação de ideias pautadas pelo uso de violência contra quem representa o Estado e todos os outros que se impõem no caminho da “nova libertação” defendida pelos ideais da extrema-esquerda. Como resultado deste congresso nasce um novo movimento político, a Organização Unitária dos Trabalhadores (OUT), que apoiada pela PRP visava a tomada de poder pelo uso da violência, de forma a construir uma sociedade assente nos valores do socialismo. Contudo com a prisão dos líderes do PRP, Isabel do Carmo e Carlos Antunes, meses depois, obriga a que os revolucionários mais radicais constituam uma nova força de intervenção nas massas, assim nasce a Frente de Unidade Popular (FUP). Ambas acabam por ser integradas

modo igualmente dramático, a ponto de, no espaço de dois anos, se colocar a níveis inferiores aos de 1973 (...) isto significa que, no período de 1974-76, o embate social foi gerido a favor das classes mais desfavorecidas e, nos anos seguintes, a favor das classes mais favorecidas.” (Vilela, 2005)

no “Projecto Global” do que viríamos a conhecer como Frente Popular 25 de Abril, liderada por Otelo Saraiva de Carvalho e Pedro Goulart.

O segundo momento que marcou a emergência das FP-25 aconteceu quando estas se mostraram ao Mundo e a sociedade, a 20 de Abril de 1980 quando vários petardos rebentam pelo país, lançando panfletos e um célebre “manifesto aos trabalhadores”⁴⁰, onde eram apresentados os objectivos do que os seus líderes chamaram de “Projecto Global”

3.3 O Projecto Global

O Projecto Global identifica-se como o supersistema organizacional a que as FP-25 estavam anexas. É tanto mais como uma superestrutura organizativa com diversas componentes e funções muito detalhadas, bem como objectivos muito claros para cada uma. O Projecto Global propunha-se, de forma estável e duradoura, subverter e a alterar a realidade do Estado Português e o regular funcionamento das instituições públicas previstas na Constituição da República Portuguesa. Dessa forma, pretendeu forçar a autoridade pública a praticar actos ou a tolerar que se praticassem (Barra da Costa, 2007).

Este movimento, ainda que apresentasse uma face popular, deve contemplar planeamento pormenorizado das acções e análise constante e detalhada da situação socioeconómica do país, através de reuniões assíduas, envoltas na clandestinidade e no máximo secretismo, presente em todas as estruturas do projecto. É aqui, que também acontece o planeamento da aquisição e acomodamento de armas e explosivos, necessários ao objectivo de criar um exército popular, pronto para combater o “sistema social que envenena a sociedade portuguesa, resultante de um povo adormecido, e inerte às necessidades do próximo” (Vilela, 2005). Anos mais tarde foi revelado que a organização mantinha ligações, com outras organizações terroristas, como a ETA, o IRA e o M-19. Para que a aquisição de armas se tornasse uma realidade, como é lógico, a organização tem que obter formas de financiamento. Para tal protagonizou-se uma série de assaltos, raptos e sequestros a entidades bancárias e a bens públicos, movimento que ficou conhecido como “recuperação de fundos”. Não foi só através deste tipo de violência que o movimento instaurou a tão desejada instabilidade social e medo generalizado, intimidação de pessoas e grupos, crimes contra a vida, atentado à integridade física, sabotagem, utilização de bombas, e documentos falsos foram algumas das formas mais correntes de espalhar terror no seio de uma sociedade já melindrada pela difícil situação socioeconómica que vivia, e pelas memórias de um tempo em que a tortura era prática comum dentro das instituições legais. Ora desta forma, podemos observar que as FP-25 de Abril não fogem ao que já foi apontado como características e *modus operandi*, da maioria das organizações terroristas identificadas até à data, passando quase integralmente por todas as fases que lhes são comum (Vilela, 2005)

⁴⁰ Ver Anexo Y

Desta forma podemos afirmar que principais objectivos do Projecto Global, para além da já referida criação do exército popular, passam por (Barra da Costa, 2007):

- Impedir um golpe de Estado de cariz fascista;
- Criar condições que permitam aos seus elementos, a prazo e através da insurreição armada, tomar o Poder;
- Subverter o funcionamento das instituições do Estado, enquanto condição adequada à já referida insurreição;

Para atingir tais objectivos o Projecto Global recorreu a uma forma estrutural próxima, da já referida, *Leaderless Resistance*. Desta forma apresenta uma hierarquia clássica, forte e disciplinada, ciosa da máxima segurança, defendendo portanto um funcionamento quase estanque entre os diversos escalões do esquema orgânico, conferido desta forma uma maior autonomia às unidades operacionais. Nesse sentido, os dissidentes do movimento requeriam especial atenção, sendo por vezes perseguidos, ameaçados e até eliminado, sendo toda esta informação depois remetida para uma organização central, constituída pelos líderes ideológicos do movimento (como referimos anteriormente neste tipo de estrutura, mais do que uma liderança operacional, é criada uma fundamentação ideológica muito forte, que mais do que um comando, é uma filosofia que inspira a determinados actos). Neste quadro, para além de deterem armamento destinado à prática de actos violentos, os membros da organização decidiram, voluntariamente e conscienciosamente, levar à prática crimes, distribuindo entre si as várias tarefas necessárias para o efeito, de uma forma que todos queriam, aceitavam e determinavam reciprocamente. As “actuações de cada um eram, assim, sempre executadas em nome de todos e só por isso praticadas” (Barra da Costa, 2007).

Assim sendo podemos identificar quatro componentes principais e quatro subcomponentes, que visavam o apoio logístico e a intervenção em áreas de interesse para o desenvolvimento do projecto.

As componentes encontravam-se ligadas pela Direcção Político Militar (DPM), que actuavam como órgão de cúpula ou direcção estratégica que emitiam orientações geradas por consenso funcionando como a síntese de direcção das quatro componentes. Já apresentada como uma desvantagem do método *Leaderless Resistance*, a excessiva autonomia das componentes pode gerar uma série de conflitos e desorganização, e neste caso não é excepção, visto que a DPM nem sempre consegue, e nem quer, por vezes, chegar a todas as componentes, e não raras as vezes são os órgãos de cúpulas das componentes que tomam as decisões, menosprezando os princípios e directrizes da DPM (Vilela, 2005).

Desta forma o Projecto constitui-se por uma componente de aparência legal político-partidária, integrando uma política de massas designada inicialmente por Organização Política de Massas (OPM), e posteriormente integrada na FUP. O seu funcionamento era similar ao de um partido político normal, existindo ainda órgãos sectoriais e distritais. Integra também os sectores da organização, intervenção e propaganda. Compete-lhe a cobertura legal na agudização e desenvolvimento dos conflitos sociais, bem como a

função de adquirir bens imóveis e móveis (extremamente importantes à execução das missões), distribuição de fundos bem como o pagamento aos operacionais.

Uma componente designada por Estrutura Civil Armada (ECA), que se identificava com o braço armado do Projecto, sendo esta que teve maior visibilidade. Foi publicitada e assim reconhecida como sendo as FP-25 de Abril. A estrutura tem na sua base grupos constituídos por diversos elementos designados por equipas de intervenção ou comandos, que por sua vez estão subordinados a um ou vários responsáveis por sector, que, por sua vez respondem a um ou vários chefes de zona, divididos em Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Sul. Na óptica do Projecto Global esta componente seria o embrião do exército revolucionário. As suas tarefas remetiam essencialmente para a recuperação de fundos, deflagração de engenhos explosivos, intimidação, raptos e crimes de sangue. Surgem duas facções dentro desta componente, que poderá de certa forma ter contribuído para o seu insucesso. Uma puramente radical e outra designada por otelista que não apoiava a realização de crimes de sangue.

A componente Quartéis fica praticamente no papel. Esta deveria ser constituída por militares do quadro permanentes ou não, através de uma direcção regional, e de zonas, comandos paralelos e células de unidade. A captação de oficiais para a causa trona-se essencial, no sentido em que funciona como uma espécie de enquadramento para a criação do exército revolucionário, competido também a esta estrutura a promoção da instabilidade nas Forças Armadas e captação de jovens recém-entrados nas unidades militares. Por outro lado pretende também fornecer informações e documentos de natureza militar e confidencial.

Finalmente a componente individual personalizada por Otel Saraiva de Carvalho, denominada de Oscar/Unidade/O. Esta pretende ser o órgão aglutinador do Projecto Global, e sendo mesmo considerado como o elemento motivacional e ideológico do movimento.

Algumas destas componentes, num sentido mais autónomo assumem outros nomes, originando uma espécie de subcomponentes ou frentes de luta, que privilegiam áreas de intervenção como a solidariedade à juventude, passando pelas relações comerciais as internacionais. Podem ser entendidas como facilitadores e fachadas para as componentes com um maior grau de clandestinidade.

A *Impor-Export* Portugal (IEP) foi uma sociedade com cotas limitadas, com sede em Lisboa, cujo objectivo era fundamentalmente obter financiamento para o Projecto Global e facilitar a entrada de armas no país, na medida em que mantinha estreitas relações com Argélia e com a Líbia. Devido à falta de capital, acabou por falir, apesar de ter recebido por diversas vezes ajuda financeira da FUP.

A Juventude Autónoma Revolucionária (JAR) fundada a 1 de Junho de 1980, tinha como principal objectivo o enquadramento dos jovens numa “organização autónoma de partidos”. No fundo não passa de uma fachada da OUT, acabando mais tarde por ser efectivamente absorvida. O seu objectivo passava pela divulgação dos objectivos do Projecto no seio académico, e por

servir de apoio logístico aos participantes das acções armadas, através da divulgação, transporte de material, propaganda, e recolha de informação.

A Comissão de Luta Contra a Repressão (CLCR) tem com actividade a denúncia das autoridades e entidades legais, conferindo apoio aos membros das restantes componentes que se encontram detidos, à data. Também suporta financeiramente as necessidades dos mesmos, e das famílias, além de financiar integralmente a defesa judicial.

Por último a Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com os Povos em Luta (CNASPEL) criada em 1979 pelo PRP e dinamizada pela OUT, tem como função estabelecer contactos com organismos estrangeiros. Mantinha ligações a diversas organizações de índole terrorista como a ETA, o IRA e o M-19.

3.4 A realidade percebida pelas FP-25 de Abril – Relato de um ex. elemento da Juventude Autónoma Revolucionária.

Para melhor compreender a realidade política, e a percepção do meio em que se inseria a Frente Popular 25 de Abril, conduzimos uma entrevista com um ex. elemento da Juventude Autónoma Revolucionária (JAR), que como foi referenciado anteriormente, estava inserida no Projecto Global.

Por motivos de confidencialidade, o nome ou qualquer outro dado referente à sua identidade não se encontra inscrito nesta dissertação, sendo que podemos apenas analisar as suas respostas (presentes no Anexo III), para obtermos um melhor entendimento da questão.

A visão mais radical, na perspectiva da “esquerda”, em Portugal, deve ser levada em conta para melhor se compreender os acontecimentos que tiveram lugar na década de 80. Nessa altura o país era um patamar geo-estratégico perfeitamente estruturado para o que a máquina capitalista denominou de “civilização ocidental”. O estado procurava agradar a uma Europa em mudança, mostrando que estava disposto a mudar as políticas accionadas com a revolução de 25 de Abril de 1974, para poder ingressar na jovem Comunidade Económica Europeia (CEE). Neste sentido os interesses político-económicos do país, circundavam a necessidade da rápida estruturação económica, balizada pelas medidas impostas pelo FMI. Não obstante esse facto, depressa começaram a surgir pontos de vista que desacordavam em larga escala com o caminho que a “nova liberdade política” estava a tomar.

Na entrevista realizada podemos observar nitidamente o que em teoria já era conhecido, que no seio do Projecto Global, o descontentamento era de certa forma generalizado, e bem direccionado. No relato fica presente que o objectivo passava “por criar uma sociedade mais justa” que na óptica desde ex. militante se encontrava “em ressaca” e que estava carenciada de mudança. Num sentido quase poético, este militante ainda hoje suporta as crenças que as FP-25 de Abril “anteviram toda esta situação com um realismo e uma objectividade, sem dúvida inéditas” e que a sua intervenção apesar de violenta tinha toda a lógica de acontecer. Confirma também que diversos elementos associados à revolução de depusera o regime ditatorial,

sem recorrer a armas, estavam predispostos a fazê-lo agora, para lutar contra a democracia que ajudaram a construir. Quando questionado sobre a necessidade de armar o comum cidadão, este responde sem dúvida alguma que “o exército logicamente, é o povo armado ou o povo em armas” remetendo essa análise para as teorias Foquistas, que de certa forma confirma a clara associação do movimento ao pensamento “esquerdista” radical e às revoluções armadas.

Podemos remeter esta análise para uma clara manutenção da coesão grupal, através de um estereotipo generalizado com o exogrupo, neste caso o Estado e todos os seus representantes, não importando a corrente partidária, ou a classe a que pertenciam. Declara que o estado exercia e exerce violência social e política, justificando assim o uso de violência como resposta. Seriam as FP-25 de Abril contra tudo e todos. Presentes também estão os símbolos referentes aos movimentos clandestinos, como a dificuldade de passar informação e a necessidade do máximo secretismo, “os manifestos” libertos junto da população, o armamento, etc. Confirma também a existência de muitos estudantes, que tal como ele, ingressaram na organização, de forma faseada, onde lhe foram primeiramente atribuídas as tarefas de suporte, tal como foi teorizado nos elementos estruturais das organizações terroristas. Reflete também sobre a importância do apoio popular, e da necessidade dos líderes conhecerem bem a realidade das pessoas e do que defendem. Discorda contudo que cabe ao líder o papel de destaque no movimento, na medida em que este surge por um conjunto de circunstâncias, atribuído por outro lado o movimento à necessidade deste existir. Podemos aqui encontrar uma entrega não a um homem, ou a um conjunto de homens, mas a um conceito ideológico, bem mais vinculativo.

Quando se questionou o referido ex. membro das JAR da possibilidade de voltar a surgir um novo movimento, dentro da mesma tipologia das FP-25 de Abril, este responde prontamente que é possível, mediante as condições certas se formarem. Continua a acreditar que a violência pode ser resposta.

Quando questionado sobre a causa do movimento ter falhado, este aborda o tema numa perspectiva minimalista, não concordado com a falta de apoio popular à referente violência executada pelo movimento, mas sim à “imaturidade política” de quem o teorizou, mantendo as crenças de que pode voltar a acontecer, na actualidade, com novos indivíduos e novas ideias, mas assente na mesma dimensão de violência que o seu antecessor.

IV-Conclusão

As acções violentas contra o ser humano prejudicam o conforto psíquico. Quando submetidos a essas acções, os indivíduos deixam de ser donos do seu “eu”, deixam de ser governar e determinar a si, perdendo o domínio da sua liberdade, ficando entregues apenas aos seus medos e receios. Na primeira parte desta dissertação abordámos as diferenças entre o que se pode classificar como “tipos” de terrorismo, apesar de não existir na prática esta diferenciação, apenas serve para uma clarificação teórica dos movimentos ideológicos que conduzem ao seu aparecimento. Isto porque

quando falamos em métodos, apenas diferem na capacidade de uma ou outra organização obter, esta ou aquela arma, ou ter uma vantagem em utilizar este ou aquele método. O objectivo passa sempre, em todos os “tipos”, por instaurar o medo, e a insegurança na sociedade com vista a causar uma mudança de sistema de gestão forçada, pela incapacidade dos Estados reagirem ao terror instalado. É neste ponto que iniciamos a conclusão desta clarificação do fenómeno terrorista. Que consequências trazem os atentados para a sociedade?

Na realidade as consequências dos atentados terroristas assumem dimensões distintas consoante a categoria e importância dos atentados. Em termos mais concretos concluímos que o impacto social desencadeado por um incidente terrorista, contra a vida de um político, por exemplo, é consideravelmente menor do que a realização de um atentado à bomba contra uma população. (Nascimento, 2002) Significa isto que o nível de intensidade de sentimentos de insegurança, é inversamente proporcional ao grau de selectividade na execução do atentado. As reacções psicológicas manifestadas em virtude deste tipo de ocorrências, aproximam-se das reacções manifestadas em resultado de desastres naturais, porém agravadas, pela consciência da intencionalidade que caracteriza as acções terroristas (Holloway & Benedek, 1999). Contudo não é tanto a nível individual (não descurando, claro as psicopatologias, e feridas físicas e pessoais, a que as vítimas directas dos atentados são expostas) que os atentados terroristas fazem a sua maior cicatriz, mas sim no próprio funcionamento da sociedade. Franklin Roosevelt disse “a única coisa de que temos de ter medo é do próprio medo”, de alguma forma relembra a capacidade quase ilimitada que o ser humano tem de resiliência e adaptação a este tipo de circunstâncias. Por exemplo, podemos referir a questão do caso da *bacillus anthracis*⁴¹ que apesar de não ter aparecido em Portugal, a simples ideia de poder estar presente, provocou com que aviões fossem cancelados, edifícios evacuados, aumento da carga burocrática nas operações policiais, modificando mesmo o modo, como a generalidade das pessoas olhava para o pó branco.

Como diz o provérbio chinês “mata-se um, assusta-se mil”. Em Nova Iorque e Madrid os terroristas mataram muitos, mas assustaram milhões. E como os dados indicam os portugueses sentem-se mais apreensivos e intranquilos em 2004 do que se sentiam em 2001 (INE, 2004). Não obstante, não podemos negar que, simultaneamente, também estamos mais vulneráveis face aos atentados e a outros graves acontecimentos desencadeados por extremistas, o que provoca maior admiração quanto à capacidade de resistência humana. O trauma psíquico, recorrente de atentados terroristas, representa uma ferida ou uma cicatriz particular que uma experiência difícil deixa numa pessoa concreta. Mas quando falamos de trauma social, estamos a pensar na maneira como os processos históricos podem afectar toda uma população.

⁴¹ Bactéria responsável pela letal doença conhecida pelo Mundo como *Anthrax*. Em 2001 e 2002, inseridas em cartas, diversas figuras públicas dos EUA foram expostas, obrigando a que se considerasse este acontecimento como bioterrorismo. Ainda hoje não se identificaram os emissores das cartas.

Agora se isto é entendido por todos, o operacional terrorista é alguém que mantém uma fuga da realidade, que não lhe permite ver tais acontecimentos? Penso que nesta abordagem conseguimos desmistificar algumas das causas para este tipo de acções. Primeiro, o comportamento dos terroristas, deixa perceber que estes não são, de forma geral, produto de indivíduos com perturbações psicológicas, na medida em que é manifesta a incapacidade das personalidades psicopatológicas interiorizaram regras e normas de conduta. Ora, se considerarmos as organizações terroristas como sistemas sociais com regras próprias, e normas de conduta bastante rígidas, que assim as questões de segurança para as mesmas o exige, vislumbra-se um complexo e difícil relacionamento, entre estes elementos e os grupos terroristas, cuja relação pode colocar em risco o seu funcionamento grupal. Podemos considerar este tipo de indivíduos mais próximos do comum criminoso, do que do terrorista.

Não obstante, a análise das raízes por trás da agressão terrorista não podem ser analisadas de uma forma simplista. Não existe um factor, nem individual nem social que conduza ao aparecimento de uma organização terrorista. Não pensemos em associar o terrorismo com uma carência social e pobreza generalizada, os principais ideólogos terroristas, nascem no seio da burguesia. Poderemos antes considerar este factor como propício ao desenvolvimento da organização, mas não de forma isolada. Não será também correcto de todo pensar que será também por altruísmo puro, que alguém se envolve numa organização deste género. Se considerarmos o terrorismo como “a arma do fraco contra o forte” esta assume uma conotação positiva, que contudo continua a utilizar métodos de uma violência extrema, que naturalmente causariam o afastamento dos indivíduos, mesmo os que queiram lutar contra os seus opressores.

É na análise psicossocial que encontramos algumas respostas para esta questão. Como vimos, cada indivíduo estabelece consigo e com os seus grupos de referência, a nível micro ou enquanto elemento integrante de uma estrutura vários tipos de relação. Com o passar da idade os indivíduos constroem uma dimensão intelectual e uma dimensão afectivo-emocional que lhe permite identificar-se com determinados referenciais, alguns deles incluindo a violência como forma de contestação de ordem estabelecida, outro envolvendo projectos radicais de intervenção social.

Ficou claro que a maior parte dos indivíduos que se identificam de modo mais intenso e particular com este tipo de ideias e formas radicais de intervenção revolucionária, se situa, essencialmente, na população jovem. Corresponde esse período a uma fase de intensa turbulência no plano de ideias e desenvolvimento psicossocial. Não raras as vezes, é nessa altura que os jovens têm maior acesso à informação e aos diferentes modelos sociais. Também é nesta fase que saindo de uma dependência prolongada de dependência económica, ele é confrontado com uma necessidade urgente de adquirir maturidade, no sentido de dar resposta a uma sociedade cada vez mais exigente (casa, emprego, estatuto, família, etc.), atitude que com frequência, o transforma num ser em situação de alto risco, em resultado, do conflito de interesses que se gera e das pressões sociais com que se depara.

Se associarmos estes factores com a necessidade de pertença e reconhecimento por parte dos pares, cuja influência é decisiva, obtemos uma via facilitadora que exposta a um certo tipo de intervencionismo radical, pode aproximar um indivíduo de práticas terroristas, que como entendemos na dinâmica deste tipo de organizações depressa se transforma numa dependência não só psicossocial, como efectivamente de sobrevivência, visto que aos poucos são conduzidos para um estilo de vida que dificilmente conseguem se libertar.

Não podemos descurar as limitações inerentes à investigação em psicologia no que toca ao terrorismo. A dificuldade de aceder aos elementos da investigação, e o perigo do erro fundamental de atribuição, colocam a investigação puramente psicológica num patamar em que se torna difícil obter resultados validos (Horgan 2003). Contudo não considerando o modelo como uma explicação, mas antes como mais um factor que contribui para o contacto com o “mundo terrorista” este assume um caracter menos inconsistente. Importa depois analisar os mecanismos de manutenção na organização terrorista, e para isso, como foi apresentado na dinâmica das organizações, as teorias da identidade social inerentes às relações intergrupais e à criação do estereótipo representam o próximo patamar no estudo do terrorismo, sendo hoje o principal motor de investigação.

Por último, podemos apontar o exemplo do caso português, que apesar de curto no tempo (comparativamente a outros acontecimentos estrangeiros) nos deixa alguns avisos. Como o ex. elemento da JAR mencionou na entrevista por nós efectuada, “(...) não temos presente, temos passado e futuro. O presente é uma coisa muito efémero, as minhas palavras já não são presentes (...) é o futuro que comanda a vida.”, o presente pouca coisa nos diz. Vivemos tempos que em muito se assemelham com os que vivemos outra hora, a sociedade treme nas dificuldades da sua preservação, e as pressões aumentam. Sabemos que esses são factores de perigo, sabemos que as FP-25 procuraram por meios violentos, o que hoje se procura, combater o sentimento de injustiça que cresce junto daqueles que menos têm. As FP-25 caíram, por uma questão de imaturidade política (como EC afirmou), falta de apoio social, ou falha nos princípios ideológicos que as constituíram, visto que apesar de tudo, não apresentavam soluções para os sectores que, mais do que na década de 80, se encontram carenciados, e isso não nos deve deixar descansados e como Barra da Costa (2007) afirma “(...) devemos estar cada vez mais alerta (...).

O fenómeno terrorista é antes de mais nada algo que já é comum nas nossas vidas, não o podemos ignorar, e de certa forma muito falta ainda saber sobre o tema, as linhas orientadoras carecem de maior consistência em investigação. Enquanto a abordagem puramente psicológica, não explica os factores de manutenção numa organização terrorista, a abordagem isolada às teorias da identidade social, não explica todos os factores que conduzem ao contacto dos indivíduos com o fenómeno terrorista, centrando-se nos factores de manutenção na organização, e as tomadas de opções dentro da mesma. Desta forma esta dissertação não pretende restringir o debate do tema em torno das matérias e teorias apresentadas, mas sim contribuir, como

já foi referido, para uma reflexão ampliada em torno de um processo complexo, multidisciplinar, que carece de inúmeras respostas, onde cada linha de investigação parece conduzir a um sem número de possíveis vias de entendimento, tornando o tema um campo vastíssimo no que toca a informação, e às questões possíveis de levantar.

Bibliografia

- Ahmed, H. (2005). Palestinian resistance and "suicide bombing": Causes and consequences. In T. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 87-102). New York: Routledge.
- Alpers, E. (2001, Outubro 25). *Defining the African Diaspora*. Retrieved 06 15, 2012, from Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra:
http://www.ces.uc.pt/formacao/materiais_racismo_direitos_escolas/alpers.pdf
- Amâncio, L. (2004). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala, & M. (. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Andrade, J. (1999). *Acção Directa - Dicionário de Terrorismo e Activismo Politico*. Lisboa: Hugin Editores.
- APA. (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM IV - TR)* (4ª ed.). (J. Almeida, Trans.) Lisboa: Climepsi Editores.
- Arena, M., & Arrigo, B. (2006). *The Terrorist Identity*. New York: New York University Press.
- Ashforth, B., & Mael, F. (1989). Social Identity Theory and the Organizational. *Academy of Management Review*, 14, pp. 20-39.
- Bandura, A. (1990). Mechanisms of Moral Disengagement. In W. Reich, *Origins of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies states of Mind* (pp. 161-191). Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Barra da Costa, J. (2007). *O Terrorismo e as FP 25 Anos depois* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Bjorgo, T. (2005). *Root Causes of Terrorism*. New York: Routledge.
- Böllinger, L. (1981). The development of terrorist actions as a psychosocial process: Encounters whit participants. In H. &. Schmidtchen, *Analysis of terrorism* (pp. 175-231). Opladen: Westdeutsher Verlag.

- Burton, F., & Paul, K. (1980). The politics of legitimacy: struggles in a Belfast community. *Urban Anthropology*, N° 9, pp. 127-129.
- Camacho, J. (2011). *Terrorismo em Portugal "A guerra esquecida"* (1ª ed.). Lisboa: Rui Costa Pinto Edições.
- Clark, R. (1983, Março 6). Patterns in the lives of ETA Members. *Terrorism*, pp. 423-454.
- Cloud, J. (2005, Julho). 3 Lessons from London. *Time*, pp. 22-26.
- Crenshaw, M. (1986). The psychology of political terrorism. In M. (. Hermann, *Political psychology* (pp. 379-413). San Francisco: Jossey-Bass.
- Crenshaw, M. (1995). *Terrorism in Context*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- Crenshaw, M. (1998). Questions to be answered, research to be done, knowledge to be applied. In W. Reich, *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind* (pp. 247-260). Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Debray, R. (1967). *Revolution in the revolution*. New York: Gorge Press.
- Dubar, C. (1996). *La socialisation: construction des identités sociales et orofessionnelles* (2ª ed.). Paris: Armand Collin.
- Erikson, H. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fafe, J. (1997). *Ernesto Che Guevara - Homem do Século XIX ou do Século XX?* Porto: Edições Dividendo.
- Friedlander, R. (1983). *Terrorism Control: Aspects of Social Control*. London: Oceana Publications.
- Guevara, E. (1959). *La Guerra de Guerrillas*. Havana.
- Guevara, E. (1975). *Cuba - Guerra Revolucionária*. Lisboa: Edições 70.
- Gupta, D. (2001). *Path to Collective Madness: A Study in Social Order and Political Pathology*. Westport, CT: Praeger.
- Gupta, D. (2005). Exploring roots of terrorism. In T. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 16-30). New York: Routledge.
- Gurr, T. (1990). Terrorism in a Democracy: its Social and Political Bases. In W.Reich (Ed), *Originis of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind* (pp. 86-102). Washington DC: Woodrow Wilson Center Press.

- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hoffman, B. (1998). Inside Terrorism. In R. D. Howard, & R. Sawyer (Eds.), *Terrorism and Couterterrorism* (pp. 3-24). Connecticut: McGraw-Hill.
- Hogg, M., & Terry, D. (2000). Social identity and self-categorization process in organizational context. *Academy of Management Review*, 1, pp. 121-140.
- Horgan, J. (2003). The search for the terrorist personality. In A. S. (Ed), *Terrorists, victims and society: Psychological perspectives on terrorism and its consequences* (pp. 3-27). West Sussex: Wiley.
- Horgan, J. (2005). The social and psychological characteristics od terrorism and terrorists. In T. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 44-52). Routledge.
- Howard, J. (2000). Social psychology of identities. *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 367-393.
- Jenkins, R. (1996). *Social Identity*. New York: Routledge.
- Jesuino, J. (2004). Estrura e processos de grupo. In J. Vala, & M. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 294-331). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kernberg, O. (1998). *Ideology, Conflict and Leadership in Group and Organizations*. New Haven: Yale University Press.
- Laqueur, W. (1977). *Terrorism*. Boston: Little Brown & Company.
- Laqueur, W. (1996). Postmodern Terrorism. *Foreign Affairs*, 75, 5, pp. 25-36.
- Laqueur, W. (1999). *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. New York : Oxford University Press.
- Magalhães-Vilhena, V. (1984). *O problema de Sócrates. O Sócrates histórico e o Sócrates platônico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Magnoli, D. (2008). *História da Paz*. São Paulo: Editora Contexto.
- Marques, J., & Paéz, D. (2004). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala, & M. (. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, R. (2010). *Acerca de "Terrorismo" e de "Terrorismos"*. Lisboa: IDN-Instituto de Defesa Nacional.

- McCauley, C. &. (1987). Social Psychology of Terrorism Groups: Group Process and Intergroup Relations. *Annual Review of Social and Personality Psychology*, n^o9, pp. 231-256.
- Moghaddam, F. (2005). The staircase to terrorism: A psychological exploration. *American Psychologist*, 60, pp. 161-169.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son Image et son Publique*. Paris: PUF.
- Nascimento, J. (2002). *O Terrorismo e seus intérpretes: Uma abordagem psicossocial*. Lisboa: Hugin Editoras.
- PFLP. (2011). *Popular Front for the Liberation of Palestine*. Retrieved 06 15, 2012, from <http://pflp.ps/english/>
- Post, J. (1984). Notes on a psychodynamic theory of terrorist behavior. *Terrorism: An International Journal*, 7, pp. 241-256.
- Post, J. (1986). Hostilité, Conformité, Fraternité: The Group Dynamics of Terrorism Behavior. *International Journal of Group Psychotherapy*, 36(2), pp. 211-224.
- Post, J. (1990). Terrorist Psycho-logic: Terrorist Behaviour as a Product of Psychological Forces. In W. (. Reich, *Origins of Terrorism* (pp. 25-40). Washington DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Post, J. (2005). The socio-cultural underpinnings of terrorism psychology. In T. (. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 54-69). New York: Routledge.
- Post, J. (2009). The Psychology of Suicide Terrorism. *Psychiatry*, 72.1, pp. 13-31.
- Reinares, F. (2005). Nationalist separatism and terrorism in comparative perspective. In T. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 119-130). New York: Routledge.
- Ruano-Borbalan, J. (1998). *L'identité: l'individu, le groupe, la société*. Paris: Éditions Sciences Humaines.
- Schmid, A. (2005). Prevention of terrorist. In T. Bjorgo, *Root Causes of Terrorism* (pp. 223-240). New York: Routledge.
- Schmid, A., & Jongman, A. (1988). *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Database, Theories and Literature*. Amsterdam : SWIDOC, Northe Holland Publishing Company.
- Silva, M. (2005). *Terrorismo e Guerrilha: Das Origens à Al-Queda* (1^a ed.). Lisboa: Edições Silabo.

- Sinclar, A. (2005). *Anatomia do Terror* (1 ed.). Mafra: Rolo & Filhos.
- Sprinthall, N. & Sprinthall, R. (1993). *Psicologia Educacional*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Sprinzach, E. (1990). The Psychopolitical Formation of Extrem Left Terrorism in a Democracy: The Case of the Weathermen. In W. (. Reich, *Origins of Terrorismo: Psychologies, Ideologies, Theologies States of Mind* (pp. 66-85). Washington DC: Woodrow Wilson Center Press.
- Tackarah, J. (1987). *Encyclopedia of Terrorism and Political Violence*. London: Routledge.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos Humanos e Categorias Sociais I-II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, pp. 1-39.
- Tajfel, H., & Turner, J. (1986). The social identity theory of inter group behavior. In S. Worchel, & W. G. Austin, *Psychology of inter group relations*. Chicago: Nelson-Hale Publishers.
- Tarling, N., & Gomez, E. (. (2008). *The State, Development and Identity in Multi-Ethnic Societies: Ethnicity, equity and nation*. Oxon: Routledge.
- Taylor, M. & Quayle (1994). *Terrorist Lives*. London: Brassey's.
- Taylor, M. (2010). Is terrorism a group phenomenon? *Aggression and Violent Behavior*, 15, pp. 121-129.
- Vilela, A. (2005). *Viver e Morrer em Nome das FP-25 de Abril*. Cruz Quebrada : Casa das Letras .
- Whetten, D., & Godfrey, P. (1998). *Identity in organizations*. London: Sage Publications.
- Wilkinson, P. (1984). State-sponsored international terrorism: the problem of response. *World Today*, 40, pp. 292-298.
- Wilkinson, P. (1990, Dezembro). Terrorist, Targets and Tactics: New Risk to World Order. *Conflicts Studies*, 236, pp. 1-21.

Anexos

Anexo I - O Terrorismo no quadro legal português

Código Penal (CP), Parte Especial, Título IV (Dos crimes contra a vida em sociedade), Capítulo V (Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade pública), Secção II (Dos crimes contra a paz pública)

Artigo 299º - Associação criminosa

1 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2 - Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.

3 - Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

4 - As penas referidas podem ser especialmente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.

5 - Para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas, actuando concertadamente durante um certo período de tempo.

Lei nº 52/2003 de 22 de Agosto (DR 193/2003, Série I-A de 2003-08-22) – Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro nº 2002/475/JAI, do Conselho de 13 de Junho) – Décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal)

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161 da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei tem como objecto a previsão e a punição dos actos e organizações terroristas, em cumprimento da Decisão Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho, relativa à luta contra o terrorismo.

Artigo 2.º

Organizações terroristas

1 — Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou

subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante:

- a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
- b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;
- c) Crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivo;
- d) Actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;
- e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;
- f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar.

2 — Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, a eles aderir ou os apoiar, nomeadamente através do fornecimento de informações ou meios materiais, ou através de qualquer forma de financiamento das suas actividades, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

3 — Quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 15 a 20 anos.

4 — Quem praticar actos preparatórios da constituição de grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

5 — A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 3.º

Outras organizações terroristas

1 — Aos grupos, organizações e associações previstas no n.º 1 do artigo anterior são equiparados os agrupamentos de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem, mediante a prática dos factos aí descritos, prejudicar a integridade ou a independência de um Estado, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições desse Estado ou de uma organização pública internacional, forçar as respectivas

autoridades a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certos grupos de pessoas ou populações.

2 — É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo anterior.

Artigo 4.º

Terrorismo

1 — Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela, não podendo a pena aplicada exceder o limite referido no n.º 2 do artigo 41.º do Código Penal.

2 — Quem praticar crime de furto qualificado, roubo, extorsão ou falsificação de documento administrativo com vista ao cometimento dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º é punido com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

3 — A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que bo resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 5.º

Terrorismo internacional

1 — Quem praticar os factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º com a intenção referida no n.º 1 do artigo 3.º é punido com a pena de 2 a 10 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela.

2 — É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

PROPOSTA INICIAL DO PROJECTO

PROPOSTA

doc n 21

148 (118)
GFA
FA

Esta proposta de definição do projecto orgânico, insere-se na preceptiva de construção de uma organização de tipo novo.

Esta organização de tipo novo surge como a forma possível de dar resposta à situação repressiva que a burguesia exerce sobre os trabalhadores e os revolucionários, por um lado, e por outro ser capaz de sintetizar a resposta dos trabalhadores a nível da luta económica e de violência na perspectiva de vir a constituir a direcção política da insurreição armada e da tomada do poder pelos trabalhadores.

Para isso torna-se urgente resolver as seguintes questões:

1ª- Quais as componentes deste processo, em que todos estamos empenhados tendo em conta os antecedentes e as necessidades futuras.

2ª- Qual a interligação das várias componentes para uma visão correcta global do processo, tanto em termos de organização como de intervenção nos vários níveis.

3ª- Onde se situa a direcção política do processo.

4ª- Para a transformação da direcção política da estrutura anterior para a futura, que passos se devem dar para o salto qualitativo necessário.

:::: :::::

1- Para responder a esta primeira questão, propõe-se que o projecto orgânico se componha das seguintes componentes: Oscar, OUF, ECA, Quartéis. Considera-se que estas componentes existem já na prática, são em termos históricos os percussores de um mesmo projecto político e a sua reorganização, reforço e prespectivação, numa mesma coordenação e direcção, constitue a única forma de corresponder às solicitações de luta aos mais variados níveis.

a) Entende-se como componente Oscar- o ponto de unidade das massas trabalhadoras para a revolução socialista, o garante do projecto autónomo e popular e a direcção politico-militar reconhecida interna e internacionalmente. Esta componente enveraria na direcção politico-militar com um estado-maior que sintetizasse o trabalho de organização aos vários níveis: segurança, relações internacionais, operações, informação, etc.. O numero de elementos presentes na direcção politico militar deve ser discutido e decidido tendo em conta a globalidade. A sua nomeação é por escolha.

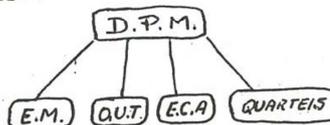
b) A componente OUF, não é necessariamente entendida em termos tácticos. A componente que se pretende deve ser a direcção política de massas ao nível da luta económica, social e politico ideológica, tendo como prespectiva a longo prazo transformar-se, pela prática correcta, numa forma dialéctica na direcção politica da organização autónoma dos trabalhadores. Para isso é necessário mudar radicalmente as formas e métodos de trabalho da OUF. Deve estar em primeiro lugar a intervenção politica nas lutas

Figura 2 – Proposta de organização do Projecto global (Parte 1)

- nas fábricas e nos campos com o conseqüente recrutamento e responsabilização de quadros operários e camponeses e em segundo lugar a intervenção ao nível da propaganda. Assim esta componente que no imediato será representada na DPM com uma representação do actual secretariado da OUT poderá no futuro ser alterada, acompanhando o desenvolvimento da organização política de massas. O número dessa representação será posteriormente discutida.
- c) A ECA tem por objectivo constituir o embrião do futuro EPR. As suas várias estruturas e funcionamento estão em discussão. São seus objectivos prioritários: adquirir meios, reorganização e libertação continua dos camaradas presos. O número de elementos representados na DPM será posteriormente fixado. Esses elementos serão eleitos pela direcção desta componente e revogáveis a qualquer momento.
- d) *esta* a componente dos quarteis é composta pelos soldados, sargentos e oficiais revolucionários. A sua forma orgânica deve ser estudada rapidamente. A sua forma de representação deve ser feita da mesma forma que o do EPR, isto é, por eleição na direcção desta componente.

2- . A interligação das várias componentes será feita na DPM que será a direcção política do processo.

Assim, teríamos:



Se caminhar-mos neste sentido devem ser definidas as suas funções, funcionamento interno e ligações constantes entre as várias componentes.

- 3- . Entende-se que a direcção política do processo que nesta altura se encontra diluída, deve estar na DPM a constituir. Esta questão é levantada e a sua definição é importante pois pode-se correr o risco de não estarmos todos de acordo, e esse desacordo a existir deve ser abordado e ultrapassado no imediato. Para já recusa-se que a direcção política do processo seja a anterior direcção PM do P., na medida em que quando nos propoemos lançar esta novo projecto orgânico a tática definida recusava o frentismo e lançava-se abertamente na concretização duma nova alternativa.

Figura 3 - Proposta de organização do Projecto global (Parte 2)

18/7/80

FUP - Força de Unidade Popular

A BURLA ELEITORAL ESTÁ EM MARCHA

A FARSA DAS IMPUGNAÇÕES

A FUP tem sido vítima da conjugação de fortes interesses partidários e de tortuosas manobras políticas visando afastá-la do processo eleitoral. As impugnações levadas a cabo contra a FUP por parte de um pequeno grupo provocatório mandatado por forças imperialistas, não passam de uma farsa e traduziram-se já num escândalo jurídico-político de largas proporções. Isto porque, no mesmo país, sujeito a uma mesma lei e por iguais razões, a FUP pode concorrer às Legislativas em cerca de metade do território nacional e não pode fazê-lo na outra metade. Pode, por exemplo, concorrer em Viana do Castelo, em Setúbal ou em Faro mas não o pode fazer em Braga, Coimbra ou Castelo Branco. E a pretensa neutralidade de vários juizes fica desmascarada quando se consideram competentes para aceitar a impugnação das listas da FUP e incompetentes para aceitar a impugnação da data das eleições, devido às ilegalidades cometidas pela Comissão Nacional de Eleições.

Do mesmo modo, como nos tempos do fascismo, perante esta monstruosa arbitrariedade, o Supremo Tribunal de Justiça, o Conselho da Revolução e o Presidente da República não tomam as medidas correctas e adequadas, lavando daí as mãos, como Pilatos.

Por outro lado, sendo evidente que a consumir-se tal situação só haverá um simulacro de eleições livres, em muito semelhantes às dos tempos negros de Salazar e Caetano, forças ditas de esquerda, como a FRS, a APU e a UDP, pelo seu silêncio cúmplice que implica a aceitação deste facto, estão a ser manifestamente comparsas da burla eleitoral que o poder burguês prepara. Compreende-se tal atitude pelo interesse oportunista em quererem beneficiar dos votos que pertencem, de facto, à FUP. Mas confiamos em que os trabalhadores mais conscientes e os revolucionários não se deixarão enganar por tais oportunismos.

DAS ARRUAÇAS DA AD AO PAPEL DAS POLÍCIAS

Um bando de arruaceiros fortemente organizado ao serviço da AD e integrado por rufias, marginais e ex-comandos, montou uma provocação que lhe deu pretexto para atacar um pequeno grupo de candidatos, militantes e simpatizantes da FUP, ferindo gravemente um destes.

A polícia, em particular a Judiciária, que agora assume o papel que antes do 25 de Abril pertencia à ex-Pide/DGS, não interessou identificar nem prender os arruaceiros da AD, pois apesar das palavras em contrário pertencem efectivamente à mesma família política. Em contrapartida, procedeu à identificação intimidatória dos militantes e simpatizantes da FUP e mantém ainda preso um candidato da FUP por Lisboa, José Ramos dos Santos.

Figura 4 – Exemplo de propaganda da FUP / FP-25 de Abril

Anexo III - Entrevista realizada a um ex. membro da Juventude Autónoma Revolucionária.

Bom dia, antes de iniciarmos a nossa conversa gostava de esclarecer a questão da confidencialidade. Qualquer nome que não queira que seja referenciado, não o será, bem como qualquer outra informação que assim o deseje. Caso queira posso desligar o gravador para tratar algum assunto, que o incomode, ou que deseje que não fique registado. Este registo visa apenas ser utilizado para fins académicos, e apenas será manuseado por mim. Compreende esta questão?

R: Exacto.

Para começar gostava que pudesses falar um bocadinho sobre a década de 80 em Portugal, o que é que se encontrava a fazer?

R: Na década de 80, final de 70... Era um jovem que me divertia a fazer o que gostava, e a fazer o que gostava naquilo que considero importante na vida, que é a mudança social. A mudança social é uma coisa que existiu e existirá, partindo do princípio que não temos presente, temos passado e futuro. O presente é uma coisa muito efémero, as minhas palavras já não são presentes, já fazem parte do passado cada vez que as digo, portanto há uma coisa que as pessoas se esquecem, que é o futuro que comanda a vida.

Agora, nos anos 70, fazia coisas que me divertiam, ligadas à minha actividade profissional, ligadas à participação política que tinha, bastante viva, bastante activa e bastante forte, em que logicamente defendia, aquilo que hoje ainda continuo a defender, que é abaixo a exploração do homem pelo homem.

O que é que se passava em Portugal na altura?

R: Portugal encontrava-se na altura tal e qual como se encontra agora, de ressaca. Adia uma situação que a determinada altura foi pré – insurreccional e que depois com o 25 de Novembro tem todo um retrocesso. Se efectivamente era aquilo que o país deveria de ter ou deveria de viver, não é isso que está em discussão, está em discussão é que todas essas pessoas procuravam criar uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana.

A que pessoas ou grupos se refere?

R: Que grupos de pessoas?

Lembra-se de algum em específico?

R: Não... A população portuguesa em geral.

Estamos a falar nos pós 25 de Abril.

R: Pós 25 de Abril, que se prolongou concretamente até ao fim da década de 70 e princípio da década de 80. Mas na verdade independentemente do sentido geral do país, haviam pessoas e grupos que pensavam e advogavam que a forma de modificar o sistema, tal e qual como ele está, e portanto a visão deles não estava errada, a visão deles era objectivamente correcta, os meios que poderiam pensar, poderão ser correctos ou não correctos, mas a visão deles continua correcta, na medida em que a sociedade tem vindo cada vez mais a auto fagocitar-se, a auto anular-se, a auto crucificar um conjunto de indivíduos que por este ou por aquele motivo, não têm acesso às benesses do poder. Esses continuarão sempre mal, e serão esses que sempre provocarão as mudanças sociais. Não acredito que os outros poderão fazer exactamente uma opção de classe, e essa opção de classe pode ser feita, mas nunca é uma opção real, porque nunca lhes bate no essencial da vida, e o essencial da vida é a existência, e a existência com dignidade.

Podemos então falar de uma classe política perdida, e afastada das reais necessidades do povo?

R: No fundo o que acontece é que com a evolução que existe pós 25 de Abril, chegamos a um parlamentarismo, que é exactamente o que a gente vê e observa. Não vale a pena eu descrever o que é o parlamentarismo, porque ele está mais do que visto, está mais que testado, e a sua ineficácia mais que comprovada.

Esses acontecimentos desenvolveram-se até ao final da década de 70, correcto?

R: Sim

O que aconteceu de diferente na década de 80, que condicionou o aparecimento de alguns grupos, com posições mais radicais, como por exemplo as FP-25?

R: O aparecimento das FP-25 é exactamente o corolário de um grupo de indivíduos, das diferentes formas de estar que existiam, ou as diferentes vivências do país. Desde o pedreiro, até ao padre e ao militar perceberam que aquilo que tinham sonhado, nada tinha a ver com a realidade que então existia, e tiveram o rasgo de prever que, efectivamente, a sociedade portuguesa ia chegar ao ponto que está actualmente.

Podemos então dizer que essas pessoas, na década de 80, anteviram a situação social actual?

R: Anteviram toda esta situação com um realismo e uma objectividade, sem dúvida, inéditas.

Na época, tal como agora, o país também passava por uma reestruturação profunda, com a intervenção do FMI, e um redireccionar das políticas sociais.

R: Sim... Mas diferente, muito diferente. Neste momento estou convencido que o FMI impõe patamares, em conformidade com os portugueses que até lhes interessa situações desse género, exactamente para fazerem explorações democráticas, porque eles falam sempre em democracia, a gente não sabe é o que é que eles são, vemos são as atitudes deles. Eles fizeram as explorações dentro do sistema democrático que eles próprios engendraram, porque há outros países que têm democracias que não se atrevem a fazê-los. Mas eles atrevem-se a fazê-lo, porque efectivamente a democracia deles é diferente da dos outros.

Como assim?

R: Vejamos a Grécia. A Grécia vive uma situação, não digo semelhante, mas parecida a Portugal, e o que é que acontece? Acontece concretamente que, o sistema da nova orientação económica do Mundo, não consegue impor à Grécia uma determinada forma de estar, e então ameaça a Grécia que a põe fora daqui, dali e dacolá, mas até agora não teve coragem de o fazer, nem é capaz de o fazer, nem vai fazê-lo. A sua perspectiva expansionista, e a sua perspectiva de controlo de toda a Europa, não lhe permite de forma alguma colocar a Grécia fora do sistema Europeu.

E quando fala da sua, é de alguém em específico?

R: É de alguém em específico, concretamente, é do grande Capital.

Do capitalismo, consagrado pelas grandes nações capitalistas?

R: Não há a mínima dúvida. Há alguém que tenha dúvida sobre isso? Eu não acredito... O grande Capital promove um conjunto de atitudes que o levem a um controlo, cada vez mais asfixiante dos países soberanos. As guerras já não se fazem com bazucas, com canhões ou com bombas, mas sim com sistemas económicos.

E podemos então dizer que na altura essas pessoas conseguiram antever isso...

R: Essas pessoas conseguiram antever isso com uma precisão notável.

Então o que é que se recorda do aparecimento das FP-25, algum momento em específico, ou como é que tomou conhecimento do grupo?

R: As FP surgem essencialmente em função de algo, que se chamaria o agravamento do equilíbrio democrático do sistema português. Quando as pessoas se apercebem disso, e se apercebem de outra coisa fundamental, relacionado com o próprio 25 de Abril e o espírito pelo qual tinha sido feito... é aí o click para a formação das FP-25.

Alguns membro conhecidos das FP 25, nomeadamente o Otelo Saraiva de Carvalho, estiveram envolvidos activamente no processo que conduziu ao 25 de Abril, correcto?

R: Bastantes elementos das FP 25 estiveram envolvidos nisso. Militares de várias patentes e cívicos que já tinham lutado contra a ditadura, não é segredo nenhum.

Contudo posteriormente lutaram contra o sistema que ajudaram a instaurar.

R: Houve cívicos que tinham lutado contra o regime salazarista, e posteriormente lutaram contra o sistema que instauraram. Porque os sistemas têm todos, uma tendência de perdurarem ou de se fazerem perdurar. Então, aquilo que vão fazendo são pequenas panaceias, dizendo concretamente que há uma liberdade de expressão e há uma liberdade de participação. Não dizem, é que tentam comandar essa liberdade de expressão e essa liberdade de participação, através do controle informativo por um lado, e por outro lado, através do sistema económico que têm cada vez mais na mão, e através de tudo aquilo que possa por em causa o que eles criam, e o sistema e as grilhetas que efectivamente desenvolvem. Cada vez que aparece alguém a por em causa esse sistema, eles têm um sistema comunicativo, tem os órgãos de informação todos por conta deles, comprados! E facilmente distorcem a informação.

Como é que os média na altura lidaram com esse fenómeno?

R: Os média lidaram melhor com esse fenómeno, do que os média hoje lidam. Havia uma grande parte de média que não eram controlados pelo sistema governamental.

Penso que alguns fizeram reportagens junto das FP-25, estou correcto?

R: E alguns faziam reportagens sobre a verdade, e não só! Chegou a aparecer em plena televisão portuguesa. Se forem fazer uma procura dentro da televisão portuguesa, vão reparar que há um caso caricato.

Pode – me contar qual é?

R: As FP 25 de Abril a darem uma conferência de imprensa todos encapuzados. Conferência que é filmada e cuja cassete é passada na televisão, em função da liberdade de expressão. O problema que se punha era que os “gajos” que tinham tido o trabalho de colher as imagens irem receber.

Não foi a televisão portuguesa que colheu as imagens?

R: Não foi a televisão, foi alguém fora da televisão.

Alguém das FP?

R: Não, foram jornalistas independentes. Acontece uma coisa interessante, o jornalista capta as imagens e encaminhas para a televisão. O grande problema foi que a televisão queria pagar ao jornalista, e ele entendeu que concretamente não deveria cobrar dinheiro, para assim os investigadores não lhe podiam jogar a mão, porque não sabiam quem ele era.

O anonimato era algo importante então?

R Pois. Esse foi um dos casos caricatos. Estou convencido que hoje, na dita cuja liberdade, que isso acontecesse. Agora as pessoas quando entram, numa... e atenção as pessoas ligadas as FP 25 de Abril não eram estupidas. Tiveram a própria designação em si, Forças Populares 25 de Abril, para ter alguma coisa a ver com o desenvolvimento que estavam a pensar, que o movimento iria ter.

Procuravam um novo 25 de Abril?

R: Um novo 25 de Abril criado noutra base. Essencialmente uma participação popular, e dentro uma participação popular, logicamente, que existe uma componente que é o exército. O exército, logicamente, é o povo armado ou o povo em armas, num regime popular.

Então os objectivos das FP 25 de Abril passariam por armar o comum cidadão?

R: Até atingir o poder, a partir de determinado tipo de acções. Um pouco parecido às teorias Foquista. A teoria foquista, consiste na criação de um foco, e um dos principais ideológicos disso foi o Régis Debray, e depois teve no terreno um homem que foi uma lenda, e o táctico, que é exactamente o Che Guevara. Quando este fez alguma coisa na Bolívia, que tinha em vista exactamente isso. É evidente que hoje em dia existe outras teorias foquistas dentro do sistema que estamos a viver.

Como assim?

R: Por exemplo, “quanto pior, melhor”, esta é uma teoria foquista. A sociedade a caminhar para a autodegradação. Hoje em dia prevista de outra forma a teoria foquista, provavelmente continua a existir, na medida em que não é feita através de um foco de insurreição, mas através de um foco de autodegradação social. Observemos o que está acontecer hoje em dia, assaltos a bancos, assaltos a caixas multibanco, assaltos, assaltos, assaltos... a tudo o que mexe. Falava-se tanto no Brasil, eu gostava de saber, *per capita*, devido à sua dimensão qual o país com mais assaltos.

E acha que essa degradação social poderá conduzir ao nascimento de conflitos sociais, similares aos que ocorreram na década de 80?

R: Vai conduzir ao conflito social, como é evidente. O problema é somente um, não há uma acreditação política suficiente para motivar as pessoas a assumir um papel em grupo. O grande problema hoje em dia, a meu ver, é que a credibilidade da classe política, é uma credibilidade baixa.

O povo não acredita na classe política?

R: Claro que não acredita, porque o povo não é estúpido.

Podemos então afirmar que tem crescido o distanciamento entre o povo e a classe política?

R: Sim. Só não há distanciamento entre a classe política e o clientelismo político. Essa relação continua a existir. Quando se pede os sacrifícios que se pedem as portuguesas, eu pergunto porque é que não se pede o mesmo a essa classe política, e aos seus clientes.

E o que quer dizer com clientes políticos?

R: Por exemplo, os sistemas que passaram pelo poder, sabem bem as teias que teceram, e os empregos que teceram.

Os diferentes governos de direita?

R: Sim!

E os de esquerda?

R:... hum... Sim. E o grande problemas esta exactamente ai, quando se fala em produtividade, quando se diz à boca cheia que é preciso agir, e tirar as gorduras do sistema, essas continuam mascaradas. Onde é que estão empregadas as pessoas que nunca produziram nada, é no serralheiro, é no pedreiro, são nas profissões operárias? Não é nas secretárias. Na transposição de papéis de secretária para secretária, e fazer com que os papéis circulem. Ai é que estão os sugadores de dinheiro aos portugueses,

esses são os clientes políticos. Por tanto, quem quiser agir, é aí que tem que agir.

Acha que é possível voltar a surgir um grupo activo, com a mesma capacidade de recrutamento e de propaganda que as FP-25?

R: Já houve ameaças. Isso é uma coisa sempre possível, basta haver descontentamento na sociedade. O grande problema das sociedades é uma coisa, as linhas de força. Se formos ver as movimentações sociais de direita ou de esquerda que aconteceram no Mundo inteiro, tiveram sempre uma base de sustentação.

Então será o descontentamento o principal factor e não por exemplo um líder carismático?

R: As linhas de forças aparecem por pressão, o líder não aparece por pressão, aparece primeiro, por um conjunto de circunstâncias. Todo o líder tem que vir de uma base humilde, se não é um líder fictício. Tem que conhecer a realidade. O grande problema é que os líderes de hoje não conhecem a realidade da sociedade. Tenho a certeza se houvesse um problema de insurreição neste país, os líderes deste país “cavavam como ratazanas num navio que se afunda”.

E acha que na altura das FP-25 os líderes identificam-se como tendo raízes humildes?

R: Tinham, tinham bastante gente humilde. Tinham gente intelectual, e gente do povo.

Tinham gente de todas as faixas sociais?

R: Tinham, até padres. Padres operários, e muitos estudantes.

Sim eu observei isso nos diversos manifestos que consultei. E falando nos manifestos, como é que estes chegavam as mãos das pessoas?

R: De diferentes maneiras, algumas delas de uma forma espectaculares, através de petardos. Os petardos rebentavam e os panfletos saltavam no ar. Outros eram deixados em determinados locais considerados estratégicos, e as pessoas passavam a palavra.

Muito desse trabalho era feito por estudantes, certo?

EC: Grande parte feito por uma massa intelectual de estudantes, sim senhor. Também sei que alguma dessa informação era veiculada através de outros meios. Através de gente com capacidade de transmissão.

Como? Cara-a-cara?

R: Cara-a-cara, não era muito fácil mas alguma dela era feita assim.

E acha importante que essa transmissão fosse feita cara-a-cara?

R: É importante, tem mais força que o papel. Agora vamos lá ver uma coisa, um grupo embrionário com a polícia a sola, não pode mostrar a cara, portanto os sítios em que mostrava a cara eram altamente escolhidos, não da mesma forma como se divulgavam os comunicados dos partidos.

Um bocadinho como se fazia antes do 25 de Abril de 1974?

R: Sim, nas FP-25 havia pessoas que lutaram contra a ditadura.

Mudando um pouco de assunto, já referiu que os líderes tinham conhecimento da realidade social, mas estes relacionavam-se com os restantes membros ou apenas com alguns?

R: Vamos lá ver uma coisa, toda uma organização guerrilheira, tem dois braços, necessariamente tem um braço político e outro militar. Os elementos do braço militar não eram pessoas conhecidas.

E os operacionais desse braço militar?

R: À partida não são referenciados, poderão ser referenciados por uma ou outra circunstância, mas por norma vivem na clandestinidade.

E na sua opinião o que falhou?

R: Em relação as FP-25 de Abril?

Sim

R: Somente uma coisa, a imaturidade das pessoas. Coloca-se numa coisa, que é um país que se chama Portugal, e num aspecto ainda mais importância, para se alcançar um determinado objectivo, é necessário persistência.

Então na sua opinião acha que os elementos desistiram cedo de mais?

R: Não, o problema não é desistir cedo de mais, o problema é que aquilo que as pessoas geralmente utilizam como condições para, não eram as propícias no momento.

A que condições se refere?

R: As condições existentes para o desenvolvimento de um sistema de guerrilha preconizado, talvez não fossem na altura as melhores. Se neste momento as coisas continuarem como estão, não tenho dúvidas que se juntam as condições necessárias. Bastam duas ou três pessoas desprovidas do essencial para viverem, reflectirem, juntarem-se e começarem a agir em conformidade com um ideário. Em seguida basta conseguirem ou não conseguirem mobilizar o descontentamento popular.

Considera então o apoio da população como uma condição essencial para este tipo de movimentos?

R: Há determinados ingredientes que são essenciais para a existência de um grupo de guerrilha, de um partido político, de um movimento cívico. Observemos o exemplo do partido dos Verdes na Alemanha. As chuvas ácidas a que a Alemanha teve o azar de assistir, e a degradação do modo de vida da população que ameaçou a sua existência naquele local, serviram como catalisador para o sucesso daquele movimento ideológico. Com isto quero dizer que não é necessário que os movimentos que surjam tenham necessariamente de ser violentos. Até podem ser pacíficos, depende dos líderes. Não se pense que as pessoas para se movimentar pela liberdade e pela defesa dos seus direitos, necessariamente têm de ser violentos. A violência é uma opção face a outros métodos violentos. Agora a questão fundamental está em saber se essa é a resposta correcta.

Para as FP-25 era essa a resposta correcta, face às circunstâncias da altura?

R: Na altura era aquilo que as pessoas concluíram ser como via. Se foi ou não o mais correcto... pronto. Agora o que é certo, é que não se remete à violência única e exclusivamente quem usa uma arma de fogo, quem tem poder exerce violência. Estes podem arranjar leis violentas, e podem manipular as leis para violentar uma população, um país, um povo.

Falamos então de existência de outros tipos de violência para além da física, que poderão ser tão ou mais violentos, certo?

R: Exacto. Neste momento está-se a fazer violência política e social.

A pouco referiu que as FP-25 não vingaram por uma certa imaturidade que o grupo tinha.

R: Eu acredito que houve uma certa imaturidade no tratamento de algumas questões. Por exemplo uma leitura política objectiva e social da altura inadequada, ou muito pouco reflectida.

Poderá o facto de ter havido uma grande massa de estudantes anexos ao movimento, servir como causa para essa imaturidade?

R: É assim, os estudantes têm diferentes raízes, pessoas provenientes da classe operária, por exemplo, mas também da pequena burguesia. Não sei até que ponto essa circunstância possa ser considerada como um factor de imaturidade.

Pensa que essas pessoas possam ter “amadurecido” e agora surgir com ideias mais consistentes?

R: Repara as pessoas ligadas às FP-25 têm agora 60 e tal anos, isto quando falamos dos operacionais.

Estou-me a referir a essas pessoas como líderes ideológicos e não como operacionais.

R: Pode ser possível. Alguns abandonaram o país, etc... Mas eu acredito mais noutra coisa, numa nova dimensão de indivíduos, que vão surgir, face ao desemprego, e face a algo mais complicado, que é exactamente, a impossibilidade de ter o 1º emprego. Para o sistema esse é a situação mais complicada. Pelo conhecimento que tenho, esse será o factor mais importante.

Estamos então a falar de pessoas com formação e impossibilidade de aplicar para gerir as suas vidas.

R: E não só, têm acesso a conhecimento, capazes de produzirem armas letais por exemplo.

Nesse caso já falamos num movimento violento, certo?

R: Ai seria uma via de indivíduos...

Pensa então que é necessária a violência para mudar a sociedade?

R: Eu admito que a sociedade é mutável face a contingências que nem ela própria conhece.

Por exemplo, todo o sistema de democrático acaba por ser um pouco controlado pelas maiorias, pensa que as minorias possam tender a optar pela via de violência para se fazerem ouvir?

R: O sistema das maiorias, joga na perduração do poder, o sistema das minorias joga em pôr em cheque o poder das maiorias. Agora o problemas põe-se concretamente na coerência. E isso é bastante complicado. Eu penso que as maiorias quando se apercebem que vão perder o poder, torpedeiam a dita cuja democracia. É fácil falar com a barriga cheia, eu nunca vi as maiorias com a barriga vazia.

Penso que não tenho mais questões para lhe fazer. Quero desde já agradecer o seu contributo e tempo despendido com esta conversa. Um muito obrigado.